



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda

realizada em 28 de setembro de 2023

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro, do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 – Análise e Votação de Atas:-----

-----1.1 Ata da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 15 de dezembro de 2022;---

-----1.2 Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 24 de fevereiro de 2023;---

-----1.3 Ata da 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 25 de abril de 2023;---

-----1.4 Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 28 de abril de 2023;-----

-----1.5 Ata da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 24 de maio de 2023.---

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia;-----

-----3 – Período da Ordem do Dia:-----

-----3.1 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de 22 Aglomerados Urbanos do Concelho e do respetivo Quadro de Benefícios Fiscais Associados (ARU existentes) e da Delimitação de novas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para outros 15 Aglomerados Urbanos do Concelho e do respetivo Quadro de Benefícios Fiscais Associados (novas ARU);-----

-----3.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação da Minuta do Acordo de Mutação Dominial para a Transferência de Vias de Comunicação para o Domínio Rodoviário Municipal, a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A, no âmbito do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de Novembro;-----

-----3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação da Minuta do Auto de Transferência n.º ARSC_015/2023, e respetivos anexos, a celebrar entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., e o Município de Águeda, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024;-----

-----3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio à BIKINNOV – Bike Value Innovation Center – Association, pela definição do valor de venda dos lotes 64 a 68 do Parque Empresarial do Casarão, Águeda;-----

-----3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara municipal de alteração do Regulamento da Campanha de apoio ao comércio local “Compre em Águeda”;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**3.6** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio às Uniões de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, e do Préstimo e Macieira de Alcobá, e às Juntas de Freguesia de Macinhata do Vouga e de Valongo do Vouga, para assegurar o funcionamento das Unidades Locais de Protecção Civil e o pagamento dos seguros de acidentes pessoais dos voluntários que integram as respetivas equipas;-----

-----**3.7** Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de aceitação de candidatura fora do prazo para atribuição de apoio à União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para realização do Evento “Feira do Mundo Rural 2023”;-----

-----**3.8** Tomada de conhecimento do Relatório Semestral dos Técnicos Auditores, sobre a informação financeira do Município de Águeda referente ao 1.º semestre de 2023;-----

-----**3.9** Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, **José Filipe de Almeida Pereira**, e secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz** e **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro**. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

-----José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

-----José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----

-----Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----

-----Maura Andrea Galhano de Magalhães – PS;-----

-----Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP;-----

-----Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----

-----Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

-----Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

-----Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;-----

-----Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

-----Rui Miguel Pires Moreto – CDS-PP;-----

-----Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

-----Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

-----Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente; -----

-----José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Williams Marques Quintinha – CDS-PP;-----

-----António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

-----Gisela Valente Pinheiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS.-----

-----**Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):**-----

-----Irene Henriques – Tesoureira JF de Aguada de Cima; -----

-----Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----

-----Ana Paula Moreira – Secretária JF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

-----António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

-----Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

-----Hugo Manuel Fonseca da Silva – Secretário JF de Macinhata do Vouga; -----

-----Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----

-----Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

-----Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

-----Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----Filipe Falcão – Presidente JF de Valongo do Vouga; -----

-----**Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:**-----

-----Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

-----Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

-----Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----

-----Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----

-----Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

-----Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----

-----Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS-PP – Vereador; -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

----- “Muito boa noite a todos. Nós já temos quórum, portanto, vamos avançando com os trabalhos, principalmente esta parte inicial, porque entretanto o tempo passa e temos muito trabalho pela frente. Antes de mais bem-vindos a mais uma sessão da Assembleia Municipal. Para aqueles que eu não vejo com tanta regularidade espero que tenham tido boas férias, que se tenham recomposto e que tenhamos novamente um trabalho profícuo aqui nestas assembleias vindouras porque de facto é esta a nossa função, é para isto que fomos designados. Vamos então dar início à quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, no dia de hoje, 28 de setembro de 2023. Vamos estar aqui na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mesa sem a primeira secretária durante algum período de tempo, não obstante, a mesma vem a tempo ainda de poder cumprir com as suas funções, razão pela qual eu não irei nomear ou requerer a sua substituição. A senhora secretária há de chegar entretanto e vai acabar por cumprir as funções dela, portanto, não estranhem pelo facto de ela não estar presente. Permitam-me , antes de mais, cumprimentar, neste caso a Secretária da Mesa, os Srs. Deputados municipais, também, o Sr. Presidente da Câmara, restante Executivo, aos Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, também ao público aqui presente, muito boa noite a todos, comunicação social que hoje também está representada e a todos aqueles que nos assistem pela Águeda TV. Não sem antes também agradecer aos funcionários do município que nos vão sempre ajudando e colaborando para que os trabalhos desta sessão sejam de alguma forma bem organizados e também difundidos pela Águeda TV. E quase que me esquecia, também, aqui um cumprimento especial à Sra. Técnica de Audiovisual, que nos acompanha nestas sessões e presta um excelente serviço à comunidade. Desejo a todos um excelente trabalho desta Assembleia, que a mesma seja elevada e que seja também o mais célere possível para ver se conseguimos debater todos os pontos que hoje aqui nos trazem. -----

-----Começo por dar nota da correspondência que me chegou neste período de tempo, que na verdade se subsume apenas e só às indisponibilidades dos Srs. Deputados que no dia de hoje não puderam estar presentes e as respetivas substituições.-----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

-----E nessa medida, foi-me comunicada a substituição da Sra. Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos e em sua substituição o Sr. Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio, presente. Também o Sr. Deputado Gabriel Duarte Pires e em sua substituição o Sr. Deputado Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida, também presente. A Sra. Deputada Isabel Maria Santiago Ferreira e em sua substituição o Sr. Deputado Mauro Ezequiel Monteiro, que também está presente. A Sra. Deputada Ana Rita Antunes Pereira e em sua substituição a Sra. Deputada Maura Andrea Galhano de Magalhães, já se encontra presente. Também a Sra. Deputada Olívia de Sousa Passos e em sua substituição o Sr. Deputado William Marques Quintinha e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, o Sr. Albano Marques de Abrantes, em sua substituição a tesoureira Irene Henriques. Por último, o senhor Presidente da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, João Marques Pitau, e em sua substituição Ana Paula Moreira, que também está presente. Não está então presente é ainda a tesoureira da freguesia de Aguada de Cima. São estas as comunicações que me foram feitas com as respetivas substituições. Antes de seguir para a intervenção do público, nós temos já no ponto um a análise e votação das atas que estavam ainda por redigir e as quais a mesa comprometeu-se a ser lesta na sua transcrição e na apresentação a esta Assembleia para efeitos de análise e aprovação. Se não me falha a memória, portanto, analisadas e votadas as que aqui vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazer hoje, ficará a faltar apenas a da última sessão, que na verdade foi de duas sessões. Ficaré apenas a faltar essa. E felizmente as coisas estão no bom caminho nesse sentido.-----

-----ANÁLISE E VOTAÇÃO DE ATAS-----

-----**1.1 Ata da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 15 de dezembro de 2022;**

-----Vou começar por perguntar relativamente ao ponto 1.1, análise da quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 15 de dezembro de 2022, se alguém quer fazer algum reparo à sua transcrição? Posso avançar para a votação da mesma? -----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 15 de dezembro de 2022, sido **aprovada por maioria**, com duas abstenções do grupo municipal do PS. -----

-----**1.2 Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 24 de fevereiro de 2023;**

-----Algum reparo a fazer à sua transcrição? Muito bem, vamos coloca-la à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 24 de fevereiro de 2023, sido **aprovada por unanimidade**. -----

-----**1.3 Ata da 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 25 de abril de 2023;-**

-----Algum reparo ou alguma intervenção sobre a mesma? Vamos colocar à votação então.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 25 de abril de 2023, sido **aprovada por unanimidade**. -----

-----**1.4 Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 28 de abril de 2023;-----**

-----Pergunto também se há algum reparo à mesma. Posso colocar à votação? -----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 28 de Abril de 2023, sido **aprovada por unanimidade**. -----

-----**1.5 Ata da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 24 de maio de 2023.-**

-----Há algum reparo a fazer à mesma? Vamos então colocar à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 24 de maio de 2023, sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Vamos passar, e porque estamos no âmbito de uma Assembleia Ordinária, à intervenção do público, julgo que muitos de vós também já estão habituados a estar aqui presentes, sabem que nós temos um período de 20 minutos, 5 minutos para qualquer intervenção. Irei perguntar se alguém se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quer inscrever no ponto e se sim, depois dirigem-se aqui ao púlpito e dizem o nome e de que freguesia provém. Pergunto então, há alguma intervenção do público que queiram fazer? Muito bem, faça favor.-----

-----**Município Fernando Figueiredo:**-----

-----"Fernando Pereira Figueiredo, residente em Segadães, 74 anos de idade, casado.-----

-----Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da Junta e público em geral, eu venho pelo seguinte motivo, na minha modesta opinião, está-se a tratar de desaparecer com o bem mais precioso que existe na freguesia de Segadães, a água. A água de Segadães é o bem mais precioso que existe na freguesia. Há outras coisas de necessidade, mas a freguesia sempre teve e continua a ter e , na minha modesta opinião, continuará a ser a água de Segadães e não a água da AdRA. E eu posso explicar porquê. É uma freguesia pequena e na maioria rural, esta freguesia tanto trabalhou para poder ter água própria, que dizem estar quinada, até pode ter acontecido, em algumas alturas, até acontece nas grandes cidades, mas água como a de Segadães há pouca. Depois, como a freguesia é na maioria, rural, nós temos uma água de primeira classe e um pagamento à medida das pequenas reformas. Enquanto, por exemplo, a AdRA, não há nada para vinte euros, ao mês, no mínimo, nós pagamos os modestos cinco euros, que ainda custa a pagar. Portanto, queria apresentar a quem direito de que a água de Segadães, por minha ideia e a vontade da maioria, se não de todos os segadenses, não sai nem vai para lado nenhum porque deixamos de pagar cinco euros, que até achamos caro, que não é, para pagarmos vinte, trinta, não vale a pena esticar mais. Por favor, eu agradecia que isto ficasse em ata e fosse capaz de ser resolvido assim da melhor maneira, não de qualquer maneira porque de qualquer maneira qualquer um resolve, está tudo resolvido. E eu queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara que me deixasse dar uma palavrinha que está meia proibida ou proibida a cem por cento. É uma vergonha, é uma vergonha, o cemitério de Segadães. Por favor. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado também pela sua intervenção. Mais alguém do público quer usar da palavra? Não. O Sr. Presidente da Câmara, em face desta intervenção deste município, quer proferir algumas palavras?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, sim, até porque se eu não falar ficarão aqui algumas dúvidas que eu de todo não quero que fiquem. Mas antes, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a excelentíssima mesa, os Srs. Vereadores, os membros da assembleia e naturalmente todo o público aqui presente e aquele que nos segue também pelo Águeda TV, a comunicação social também uma palavra muito especial por estarem aqui presentes e o meu agradecimento por isso.-----

-----O senhor veio aqui trazer duas questões que uma delas, a questão do cemitério, pedi em tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e tentei reafirmar, e disse-o várias vezes aqui, que não é o fórum de certeza absoluta. Este fórum aqui, a Assembleia Municipal, apenas poderá vir a se manifestar relativamente ao apoio que desde já e desde sempre a Câmara está disponível para dar à Junta de Freguesia no sentido de encontrar soluções e estamos aí no sentido de fazer a obra que seja necessária e/ou até eventuais estudos, agora não nos vamos substituir à Junta de Freguesia porque o cemitério é da Junta de Freguesia. E a questão que lá está levantada, nós não contribuimos rigorosamente em nada para ela, nós, Câmara Municipal, e, portanto, este assunto, eu aí diria, e recomendo sinceramente que tratem internamente na Assembleia de Freguesia.-----

-----Relativamente à questão da água, o senhor diz que a maior riqueza que nós temos... eu diria que é a saúde das pessoas. E a garantia da saúde das pessoas. E há uma coisa que eu queria que toda a gente percebesse, não há aqui nenhuma questão porque o município deixou absolutamente claro que não quer o sistema de água de Segadães e não dá ideia nenhuma de que ele seja transmitido para a AdRA ou para outra entidade qualquer. Mais, o município não fez análises nenhuma porque não tem competência para isso. Eu este mês, no dia 11, fui notificado pelo Sr. Delegado de Saúde a dar-me conta que - e atenção e tenho estado calado porque as entidades competentes, que são a Junta de Freguesia e o ERSAR, serão as entidades competentes para resolver a questão - a água de Segadães acusou em duas localizações arsénio, que é um composto altamente cancerígeno. E eu muito sinceramente, eu preocupa-me muito que as pessoas de Segadães e da Fontinha estejam, por causa dos cinco ou dez euros, que eu não sei qual é a diferença, exatamente com esta questão que implica em muito naquilo que é absolutamente essencial e que é a maior riqueza de todos nós, que é a nossa saúde. Agora há uma outra coisa, que eu trouxe aqui efetivamente uma proposta, no sentido de delegar e tornar a Junta competente. Na leitura que fazemos e que fazem todas as entidades - a competência é do município e não seria da Junta, portanto, há uma formalidade legal que nós quisemos fazer no sentido de viabilizar e permitir à Junta apresentar à ERSAR indiscutivelmente um controle da qualidade. Mais importante que o controle da qualidade é a gestão da qualidade. Neste momento, a AdRA, foi-lhe imposto pela ERSAR que fizessem as análises de Segadães sob pena de não lhe aprovar, de não lhe aprovar... atenção, estamos todos confundidos, a começar pela tal entidade reguladora e pelo Ministério Público, vejam bem. O Ministério Público foi chamado à questão pelo Delegado de Saúde, não nunca pela Câmara, porque nós, graças a Deus, fazemos por ter todas ótimas relações com as Juntas de Freguesia e acho que o devemos fazer. Agora, o que acontece, é que efetivamente o Ministério Público confunde todas estas situações, diz que a Junta pode ser competente, mas o problema é que a ERSAR, apesar de tudo, não aceita e não permite que a Junta submeta o tal plano de controle de qualidade da água. E vejam bem o seguinte, neste momento acontece o inimaginável! O senhor paga os tais cinco euros que lhe são caros, mas os que pagam dez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e quinze estão-lhe a pagar as análises da sua água! E são cidadãos que para mim são rigorosamente iguais e que têm que ser tratados com respeito. Percebeu? Não sabia disto, pois não? E porquê? Por uma chantagem que a ERSAR fez com a AdRA, que não lhe aprovava o plano para todo o distrito, para todos os dez municípios que fazem parte da AdRA, dez municípios onde as pessoas pagam os tais custos da AdRA. E para quê? Para terem garantia de qualidade naquilo que chega às torneiras. E repare, confio que toda a gente esteja diligentemente a tratar do assunto e estou salvaguardado por uma decisão desta Assembleia Municipal que se propôs fazer e que o Sr. Presidente da Junta não quer fazer - a tal delegação de competências, e estou salvaguardado por um parecer do Ministério Público que diz que sim, pode ser que sim. Equivocado, mas diz que sim. Que a Junta é que tem competência para tal. O que é certo é que as coisas não acontecem. E aquilo que lhe queria dizer é: preocupem-se com a nossa saúde. E muito sinceramente, eu preocupo-me apenas com isso. Eu tenho estado, porque repare, a única coisa que eu não quero é ser responsável e o problema é que sou. E o problema é que sou. Eu não me posso responsabilizar e estar conscientemente aqui a olhar para vocês a dizer o seguinte: a vossa água acusou arsénico. Juro, por tudo que seja mais sagrado, que nunca na vida pedi nenhuma análise, foram-me comunicadas, eu fui notificado de tal. Eu não queria que isto acontecesse. Eu não posso ficar tranquilo com isto a acontecer. Eu estou disponível e quis fazê-lo - dar todos os meios legais para que a Junta de Freguesia tenha efetivamente controle absoluto e gestão da tal água de altíssima qualidade, que o senhor diz que tem, mas que sabe uma coisa? Mas diz que tem mas não sabe se tem. Porque não sabe porque não pode saber. A questão é o seguinte: sabe-lhe bem a água? Acredito. Agora, o controle analítico, sabe qual é a legislação que obriga as entidades distribuidoras de água para consumo humano a cumprirem? É isto que nós temos que conhecer. Há uma coisa que eu lhe posso garantir, a tal água da AdRA é muito segura. Mais, é de ótima qualidade, da melhor qualidade que existe em Portugal. É um sistema incrível que um conjunto de municípios conseguiram criar, estou-me a lembrar, passou aqui várias vezes nesta Assembleia, o sistema multi municipal do Carvoeiro, que tem água de altíssima qualidade, reconhecida por essas questões todas analíticas, de altíssima qualidade. Eu faço aqui um apelo para que as pessoas podem consumir a água que temos nas nossas torneiras e que são do sistema de Carvoeiro e distribuída pela AdRA com total confiança. E isto é muito bom, vale todo o dinheiro do mundo. Vieram aqui falar neste assunto e eu volto a dizer e a apelar aqui ao Sr. Presidente da Junta para que encontremos uma solução que garanta segurança às pessoas. É só isso que eu quero. Mais, o sistema de Segadães e Fontinha é da Junta de Freguesia e queremos que seja da Junta de Freguesia sem qualquer tipo de problema. A Câmara Municipal não quer o sistema e muito menos vendê-lo. Está clarinho como água e claro para todos, a única coisa que queremos é ter a garantia de que a água que é de qualidade vigiada e que tem uma efetiva gestão daquele sistema. Apenas e só. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

repare, não é por vaidade nem por capricho, é por segurança das pessoas que a consomem. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. vamos passar ao período antes da ordem do dia, e eu começo por perguntar se alguém se quer inscrever Sr. Presidente da Junta, faça favor. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----**Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

-----”Boa noite Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, público.-----

-----Sr. Presidente, eu realmente nem sei se ria se chore de o ouvir. Isto realmente é qualquer coisa de inimaginável. Para começar, está o ERSAR errado, está a AdRA errada, está a Junta errada, só o senhor é que tem razão. Só o senhor é que tem razão. Todos estão enganados, só o senhor é que tem razão. Vou só repetir aqui, para tranquilidade, e em relação à questão do arsénio, como já deu arsénio, já deu chumbo, já deu tudo e mais alguma coisa. A AdRA desta vez conseguiu, porque, e volto a repetir para que não hajam dúvidas, a água mais controlada do concelho é a de Segadães, por um motivo simples, fazemos nós análises e faz análises a AdRA. E o senhor tem tanta confiança na água de AdRA que até bebe água de garrafa. A questão não é essa. A questão é que de facto foi feito, como há outras contaminações, e tem que se ver a origem. A AdRA conseguiu e eu também não levo mal. Conseguiu ir tirar água de uma torneira de um poço. É óbvio. Informe-me, fui notificado, porque eles são obrigados a colocar, como é do chumbo, é igual, eles têm que cumprir os procedimentos. Eu fui notificado, fui fazer análises, como é óbvio, e eles vieram repetir as análises e presumo que já tenham colocado no portal isso. Inclusivamente, nós agora até estamos a colaborar porque desde a última intervenção que fiz aqui, já tivemos a Sra. Presidente do ERSAR e o Sr. Presidente da AdRA na Junta de Freguesia da Trofa, precisamente para articular isso e hoje, felizmente, a nossa articulação com a AdRA, e este é o primeiro caso, muito melhor do que era. Inclusivamente, nós até já indicamos quais são os pontos em termos de recolha de amostragem que devem utilizar. Porque deve haver segurança onde se tiram as amostras! Não é dizer que a água está contaminada, vamos ver onde tiram, da outra vez tinha sido de um indivíduo que nem sequer tem água da Junta! Eu posso levar a mal os homens? Não posso. Mas também não podemos cada vez que há uma análise... não me diga que a análise da AdRA dá sempre bem! Não me diga isso. Temos que ter aqui alguma seriedade nas coisas. Em relação aos cinco euros, é assim, há aqui uma coisinha também que não nos podemos esquecer, é que a rede de Segadães foi paga pelas pessoas, não foi paga por um município. É mentira? Se é mentira, o senhor diga que é mentira. Tanto quanto sei é a verdade. Portanto, é assim, as pessoas não só têm direito à qualidade da água, como penso também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

têm direito a ser recompensadas por aquilo que foi o esforço, que no fundo acabaram de substituir ao município, ou não? Penso que sim. É só para esclarecer, porque parece que anda toda a gente aqui, afinal, as coisas vão andando, a água é altamente controlada, eu já ouvi isso aqui e torno a repetir. Se a água não tivesse qualidade eu deixo de fornecer, então mas porquê é que eu havia de fornecer água sem qualidade? Qual é a lógica disto? Não é nenhuma, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta. Mais alguma intervenção no período antes da ordem do dia? Sr. Deputado. Faça favor. -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara. O assunto que eu trago aqui foi um assunto discutido em reunião de Câmara, como vocês sabem, a que nós não podemos assistir porque o PSD não permite a sua transmissão, portanto, só quem lá vai é que tem esse direito. E tem a ver com o apoio que foi dado para a festa de aniversário da UBA anualmente. Esse apoio, ao longo dos anos, tem vindo a aumentar, o que até aí nada de admirar, visto que as despesas também aumentam ou os dados de inflação assim também o revelam, só que nos últimos três anos houve um aumento exponencial, passámos de dez mil euros num ano para treze mil no ano passado, com a justificação que havia dois palcos, e houve, na festa que foi em Fermentelos e este ano mantemos os treze mil, embora não haja palcos nenhuns, mais, acho eu dois mil e qualquer coisa para a cedência do Centro de Artes, mais mil para alimentação, alimentação que antes custava cinco, seis, sete, oito mil, segundo a justificação que era dada à Câmara e que este ano se fica pelos mil euros, mais lembranças e flores ou arranjos florais. Estamos a falar de uma verba de dezasseis mil, dezassete mil euros, que é dada no apoio à União de Bandas de Águeda. Não discuto a qualidade do evento, a questão cultural, discuto a chamada equidade. Lembro-me agora de um nome, Fermentelos Fest, nós vamos discutir isso mais à frente, acho que foram oito dias ou nove dias, com impacto, até acho também que teve banda, além de espetáculos, além de mover toda uma comunidade e o apoio da Câmara é três mil e seiscentos euros. Macinhata, o apoio da Câmara é três mil e seiscentos euros, Feira do Mundo Rural, o apoio da Câmara é três mil e seiscentos euros. Portanto, todos os apoios a todos os eventos que são feitos com dimensão maior ou menor, sejam três mil e seiscentos euros. Neste momento o festival da UBA, que tem a sua qualidade baseada naquilo que são as bandas, que é feito pelos próprios elementos das bandas, não vamos contratar bandas de fora para vir cá, a Câmara paga integralmente as despesas do festival. Alguma coisa se passa e não é nada de correto em relação a todo o panorama cultural e de animização social que existe no concelho em todas as freguesias. Mais! Passa e muito justamente até me dizem que vai haver, foi o que eu li nos jornais, uma homenagem ao Sr. Presidente da Câmara, onde vai ser feita também uma partitura, como já houve em ano anterior, à Dra. Elsa. Uma homenagem, certamente merecida, não ponhamos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

consideração e a UBA assim o sabe e assim o decidirá. Fica é um bocado mal o Sr. Presidente da Câmara pagar cem por cento das despesas da festa que lhe vai fazer uma homenagem. E aí a irregularidade latente já poderá ser considerada no âmbito do benefício indireto. Isso vem na lei. Portanto, deveria ser logo o primeiro pressuposto, nunca aos cem por cento, o segundo pressuposto o Sr. Presidente recusar oficialmente qualquer homenagem nesse evento que é pago integralmente pela Câmara Municipal. E, ao fazê-lo, mantém a sua dignidade, a sua independência, embora o erro inicial não é seu, é o do convite da pessoa que o convida e muito bem, o erro inicial é da atribuição de cem por cento a um apoio ao aniversário da UBA quando não o faz em mais nenhuma situação que eu me lembre do concelho em nenhum evento social, em nenhum evento desportivo, cultural ou outro. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado José Vidal, mais alguma intervenção? Sr. Deputado, por favor.-----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Presidente da Câmara Executiva, restantes vereadores, caros colegas deputados, público, senhores jornalistas, quem nos ouve pela Águeda TV, a todos muito boa noite. Venho aqui tocar em dois ou três aspetos a título de propostas e não de críticas, obviamente. Uma das propostas que trago ao Executivo Municipal está relacionada com a mobilidade, com as bicicletas elétricas e toda esta nova filosofia ambiental. Nós acabámos por deixar cair por terra aquilo que foi a política inicial das ciclovias dentro da cidade, a ideia não colou por vários motivos, as pessoas não aderiram, os carros continuam estacionados em cima dessas mesmas zonas, as pessoas não aderiram por vários motivos. O que vinha sugerir ao Executivo é que equacione a ideia de, porque este é um dos motivos pelos quais eu penso que isto pode não ter sido o sucesso que se previa, sugerir ao Executivo que equacione a ideia de criar, portanto, ciclovias das principais freguesias ao redor do município, nomeadamente a nossa União de Freguesias, Valongo, Aguada, Barrô, no sentido de, principalmente o público mais jovem, assim como todo outro, mas principalmente o público mais jovem, tenha condições de segurança e os pais se sintam mais tranquilos ao permitirem que eles venham, por exemplo, para a escola de bicicleta ou nas bicicletas elétricas ou nas trotinetes ou no skate ou naquilo que eles bem entenderem porque se temos essas mesmas ciclovias dentro da cidade, depois torna-se difícil o miúdo trazer a bicicleta dentro do carro ou dentro do autocarro ou o que quer que seja para depois andar aqui na cidade a circular. E por outra medida também se torna um pouco injusto porque está pensada essa mesma medida apenas para o centro da cidade e não o promovemos pelo restante município. A título de sugestão também, mais na vertente social, aquilo que iria, e isto já aconteceu também noutras situações, é que os planos para apoio às instituições seja enviado com uma celeridade e com uma proximidade maior ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

início do ano. O que está a acontecer é que estão as instituições, há cerca de um mês, a receber mails a questionar se pretendem ou não prosseguir com o plano que foi entregue ao município e que por sua vez irá ser participado. Ora, a maior parte das instituições sem terem certeza absoluta se o município irá ajudar ou não nessa medida não pode avançar e agora há três ou quatro meses do final do ano torna-se complicado conseguir implementar tudo aquilo que foi o plano.-----

-----Não posso deixar de tecer aqui duas ou três palavras no que toca à situação da água de Segadães e preocupa-me, preocupa-me seriamente porque até há alguns meses a esta parte o problema era apenas e só o sítio da recolha. Agora já mudamos os sítios das recolhas. Anda tudo tolo! Os indivíduos que andam a fazer recolhas andam, pasme-se, a fazer recolhas nos poços. Andam a fazer recolha em casas de pessoas que não têm água. Está tudo tolo. Porque quando o indivíduo entra pela a casa dentro, o dono da casa não informa que a água é de poço. Abre-lhe a porta, estende-lhe uma passadeira vermelha, faça a favor. Andamos todos tolos, Sr. Presidente. Só o senhor efetivamente é que está bem, andamos todos a dormir, só o senhor é que está acordado. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado, faça favor.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, boa noite a todos.-----

-----Esta questão da água de Segadães faz-me alguma confusão, porque nós já andamos com esta questão que já vem transitando de Assembleia em Assembleia e por várias vezes que o assunto já veio aqui e de algumas formas, umas vezes mais confuso, outras vezes mais claro, e há aqui uma dúvida que me assiste que para mim, que não é existencial, é uma dúvida mesmo clara. Eu ainda não consegui perceber e gostava que o Sr. Presidente da Junta pudesse esclarecer a mim e a todos aqueles que terão provavelmente a mesma dúvida, por que razão é que não aceita aquilo que está proposto e é tão claro, e que foi votado aqui em Assembleia Municipal, por todos nós deputados municipais, em que o documento era inequívoco, não havia qualquer tipo de interesse por parte do município na rede, não havia transmissão da rede para ninguém e a única questão era uma delegação de competência para uma determinada operação e eu nunca ouvi o Sr. Presidente justificar porque razão é que refuta aquilo que saiu desta Assembleia Municipal e não aceita e não leva para a Assembleia de Freguesia e não transmite aos seus fregueses aquilo que nós aqui de forma completamente clara, e eu não tenho dúvidas daquilo que votei aqui, obviamente, o Sr. Presidente da Câmara já repetiu vezes sem conta que não há qualquer tipo de interesse nem está em causa de quem é a rede, quem a fez, quem fica com ela, nem a sua transmissão para outros sistemas, portanto, e isto faz-me confusão porque há aqui uma questão legal, intrínseca, que está aqui por meio disto tudo e que é preocupante. Porque isto é tudo muito fácil, tudo impecável, até acontecer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um problema grave. E quando eu falo num problema grave, falo consequências, obviamente, por estarmos a consumir uma água, ou neste caso os fregueses daquela zona estarem a consumir uma água, poderem vir a ter problemas, que não sentem agora, e em termos de responsabilidade civil, futuramente, quem é que acolhe esta responsabilidade? Não são coisas fáceis, digamos, de escamotear e a mim preocupa-me, preocupa-me imenso, porque andamos aqui quase num vai, não vai, para aqui, para acolá e as coisas estão muito claras e gostava, gostava mesmo que o Sr. Presidente me ajudasse a entender por que razão é que isto acontece, porque razão é que não há, o Sr. Presidente vem aqui, explica a visão dele, que eu respeito, é a dele, mas em momento algum é claro o suficiente para nós entendermos o que é que está aqui em causa, que diga, tem medo que tirem a rede a Segadães e que a levem para o outro lado? Tem medo que ela passe para AdRA, tem medo de a perder? Mas que diga, que assuma porquê, se calhar todos nós entenderemos melhor o que é que está aqui em causa. Portanto, o que eu não queria, enquanto munícipe, a preocupação que tenho com a água, que é um dos bens mais essenciais, sou de uma zona serrana, sei a dificuldade que temos em manter as nossas nascentes, aquilo que representam, o problema que temos com os fertilizantes, com tudo aquilo que acontece, os metais pesados, e temos de ter efetivamente cuidado e temos que zelar pelo futuro e não podemos ter dúvidas quanto a isto. Por isso, Sr. Presidente, gostava que me ajudasse a entender o que é que está aqui em causa realmente porque eu ainda não consegui entender. Acho que a mensagem do lado de cá é completamente clara mas a resposta não tem sido. E por isso, Sr. Presidente, fico a aguardar, se me conseguir ajudar eu sairia muito mais satisfeito desta Assembleia.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Humberto Moreira. Sr. Presidente da Junta, faça favor.-----

-----**Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

-----”Em relação às explicações eu vou ser muito sincero, basta ver a gravação da Assembleia de abril, elas estão lá todas, tudo o que me perguntou eu respondi. Outra coisa grave aqui é em relação às análises, a questão é que precisamente, por incrível que pareça, a AdRA vai mesmo tirar análises da casa das pessoas e sem lá estar ninguém. Por incrível que pareça. Mas acho que isso que era escusado dizer, não é? Penso eu, mas pelos vistos tenho que explicar tudo.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente.-----

-----Nada impede. A questão aqui não são as intervenções, é o tempo. Faça favor Sr. Deputado Humberto Moreira.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Sr. Presidente, eu acho que fiz as minhas questões todas de boa fé e de forma frontal e se tenho essas dúvidas é óbvio que não vou ler o que está lá em abril até porque eu lembro-me e o senhor não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

respondeu a esta questão em concreto. Mas eu tenho essa dúvida, se o senhor se incomoda, estão aqui os seus fregueses, está aqui tanta gente, se a resposta é curta... eu estou a pedir, mas não tenho que o fazer, eu respeito a sua intervenção que foi curta e sucinta. Ponto final. Isso eu respeito. Mas não fiquei esclarecido e acho que ninguém aqui ficou esclarecido e o senhor perdeu uma oportunidade ou está a perder de esclarecer toda a gente, inclusive eu. Se não quiser fazer, respeitarei, portanto, está no seu direito. Tenho dito, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----”Sr. Presidente, venho pedir a palavra para dar um esclarecimento e, portanto, peço que não desconte este tempo no tempo de intervenção do CDS. Para poder tratar deste assunto, deveríamos tratá-lo com profundidade. Se os senhores entendem que esta matéria merece ser tratada com profundidade, e eu entendo, o CDS pedirá um agendamento desta matéria para escamotearmos de uma vez por todas este assunto numa Assembleia onde toda a gente se possa pronunciar e entender sobre este assunto. De uma forma muito simples, aquilo que o senhor está a fazer é branquear uma tentativa da Câmara Municipal de atirar para cima da Junta de Freguesia ou outras entidades uma responsabilidade que é só do município. A responsabilidade de levar a água com qualidade às populações é do município. O município nunca curou de tratar aquelas populações de Segadães como tratou outras do resto do concelho, levando a essas partes água. Foi a população de Segadães que montou o sistema que a serve. E agora o problema base é que quando se fez a assinatura do protocolo de adesão à AdRA, num anexo, se dispôs que, assim que o município receba a gestão das infraestruturas a entrega imediatamente à AdRA. Isto está nos protocolos assinados pelo município. Portanto, o município quer resolver? Já devia ter resolvido há 60 anos, até há mais. É fácil. E teve oportunidade e o Sr. Presidente da Câmara revelou-nos isso recentemente. A AdRA perguntou se era para construir a rede de abastecimento de águas em Segadães! O Sr. Presidente da Câmara disse que não. Portanto, não existiria este problema se a rede tivesse feita em Segadães. E nessa altura era ao município e, por seu intermédio, a AdRA, que estaria a fazer a exploração do sistema. E é por isso que a ERSAR obriga a AdRA a fazer aquilo que compete ao município, que é controlar a qualidade da água. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Mascarenhas, por favor.-

-----**António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

-----”Excelentíssimo Sr. Presidente, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, restante mesa, membros da Assembleia, boa noite a todos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Gostaria de passar aqui a ler o regulamento do PDM, nomeadamente o número um do artigo sexagésimo sexto, em relação ao estacionamento. E na alínea g) diz o seguinte: “deverá ser tido um lugar de estacionamento de veículos ligeiros por cada duzentos metros quadrados de área total de construção para a indústria e armazéns”. Na alínea h) diz “um lugar de estacionamento para veículos pesados por cada mil metros quadrados de área total de construção para indústria e armazéns”.-----

-----Passo no Casarão e temos uma indústria que está fora da zona industrial e verifico que temos ali uma indústria com cerca de quatro mil metros quadrados o que daria ali cerca de vinte lugares de estacionamento para carros ligeiros e para quatro camiões, mas o que eu vejo é os veículos estacionados na berma da estrada, a ocupar uma faixa, e que poderá colocar em risco vários acidentes e, portanto, não sei como é que este edifício foi aprovado. -----

-----No artigo quinquagésimo sétimo, cedências de áreas e espaços, diz que “os parâmetros para dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva devem ser cedidos ao município”. Portanto, para espaços verdes, 0,23 metros quadrados, por metro quadrado de área de construção e para espaços de construção de espaços sociais, 0,10 metros quadrados. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente qual foi a área cedida por esta empresa.-----

-----No artigo sexagésimo quarto, usos e condições de ocupação, são usos compatíveis espaços residenciais tipo 1, que é o caso, e indústrias do tipo 3 e do tipo 2, desde que tenham até vinte trabalhadores. Esta indústria tem muito mais. -----

-----No regulamento número quatrocentos e cinquenta e dois de 2021, no artigo quatro, condicionantes, “sem prejuízo das medidas de defesa da floresta contra incêndios destinadas ao quadro legal em vigor, os condicionantes de construção de novos edifícios ou a sua ampliação de edifícios existentes fora da área edificada, consolidadas, desorientadas, artigo décimo sexto da Lei 124 de 2005, de 28 de junho, obedecem às seguintes regras: não são permitidas novas edificações fora das áreas edificadas consolidadas, exceto as inseridas em zonas de perigosidade muito baixa e moderada. A faixa de proteção é de cinquenta metros. Eu vejo esta indústria a dois metros da floresta. Gostaria de saber se existe um parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia me fizesse chegar a mesma.-----

-----Uma notícia do dia dez de agosto, a libertação de ácido nítrico obriga a evacuação da empresa em Águeda. Alerta para acidente com químicos na empresa Jade que fabrica acessórios de joalharia de luxo, situada em Águeda, foi dada cerca das 14h30. Isto é uma notícia. Esta empresa foi evacuada por precaução, tendo sido mobilizada para o local uma unidade de química da Santa Maria da Feira, pelas 17h30 encontravam-se no local dezoito operacionais e sete viaturas. O ácido nítrico, as suas reações com compostos como cianetos, carboretos e pós-metálicos podem ser explosivos. Fortemente oxidante é incompatível com a maioria dos produtos orgânicos, reações desde nítrico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

como muitos compostos oxigénicos como a trebentina ou álcool etílico são violentos e sendo a mistura explosiva e altamente inflamável. O uso do ácido nítrico em várias concentrações é utilizado para a fabricação de corantes explosivos destacadamente a nitroglicerina. A produção do ácido nítrico é favoravelmente poluidora, libertando gases NOx, geradores da chuva ácida, e N2O, efeito de gás de estufa. Efeitos adversos à saúde humana, o ácido nítrico é tóxico e muito corrosivo para a pele, olhos, aparelho digestivo e trato respiratório, ataca o trato respiratório, causando inchaço e pneumonia. -----

-----Sr. Presidente, continua a garantir e preocupado com a saúde? Continua a garantir que esta empresa é segura? Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado António Mascarenhas. Mais alguma intervenção no período antes da ordem de dia? Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----“Sr. Presidente, muito obrigado. Vamos com toda a tranquilidade dizer o seguinte relativamente à água de Segadães, porque é um assunto que trouxeram para aqui e que naturalmente, uma vez mais, aqui está. Eu acho que não há dúvida rigorosamente nenhuma que o município não tem nada contra o sistema de Segadães - Fontinha. Nada, vezes nada. Mais, não é possível. Já agora uma correção, mas que com toda a veemência tem que ser feita aqui, que é o seguinte, efetivamente quando foi feita a rede de saneamento, a AdRA propôs-se fazer uma rede de águas completamente nova, certo? A Junta de Freguesia disse, “não, nós queremos manter o sistema”, e nós, da parte do município, não levantámos nenhuma questão contra. Não vale a pena estar a dizer que foi a Câmara que quis porque a Câmara naquela altura, teria pago rigorosamente o mesmo e naturalmente estávamos todos tranquilos relativamente a essa situação. A Junta de Freguesia afirmou e quis manter o sistema que tinha. Volto a dizer, é o único sistema no concelho que tem contadores e que é gerido por uma Junta de Freguesia. Não há mais nenhum exemplo destes no concelho. E atenção, nós não temos rigorosamente nada a ver. A questão que se coloca é muito simples, antigamente, as juntas de freguesia tinham estes sistemas, apresentavam os planos de controlo de qualidade da água que eram muito menos apertados do que agora são e a tal entidade reguladora aceitava-os submetidos pelas juntas de freguesia. Até que, por volta de 2014 há uma lei que diz o seguinte: a partir de agora, comissões de moradores, juntas de freguesia, não são competentes e isto passa para os municípios. Isto é a lei. A seguir, vem a lei 75 de 2013, que diz o seguinte, genericamente: todas as competências municipais, atribuídas aos municípios, podem ser delegadas nas juntas de freguesia. E esta é a via legal para nós podermos delegar a competência e tornarmos a junta de freguesia competente. Eu já aqui o disse uma vez, usei uma palavra, que não é a mesma coisa mas para as pessoas sentirem e tentarem perceber. Imaginem que há alguém que tem um estabelecimento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

neste caso a Junta de Freguesia, de distribuição de água, só que não tem alvará, portanto, a Câmara só lhe quer passar o alvará que é do município e apenas do município! E dizer-lhe o seguinte: aqui tem a competência e a partir de agora o que é que tem que fazer? Cumprir todos os requisitos legais, nomeadamente a questão do controlo da qualidade da água. E o controlo da qualidade da água, ao contrário do que possamos aqui dizer, não passa por uma questão meramente da AdRA fazer análises. A AdRA não faz nada no sistema a não ser fazer recolha em certos pontos de recolha. A questão mais complicada e aquilo que nos preocupa é a gestão efetiva do sistema, a AdRA faz isto obrigada. Eu agora a minha pergunta, e pergunto realmente às pessoas de Segadães, sentem-se bem pagando efetivamente o que pagam pela água e sabendo que quem vos está a pagar as análises da água são aqueles que pagam a água cara da tal AdRA, como dizem? É que são esses que a pagam. Sentem-se bem nesta situação? Eu acho injusto, mas não é o mais importante. O mais importante é e vejam bem, eu aqui completamente tranquilo, porque é que tenho que ser notificado de um incumprimento perigoso para a saúde das pessoas, de um sistema que não tem regulação e ao qual a Câmara e a AdRA não têm acesso. Volto a dizer, a AdRA apenas faz recolha para análises e ponto final e comunica o resultado das análises, não faz rigorosamente mais nada. Que fique absolutamente claro. A partir daqui, a única coisa que eu quero da minha parte e da parte do município é tranquilidade. Vocês sabem que os incumprimentos, as contraordenações, as multas, vêm para o município? A posição da Junta é extraordinariamente tranquila. Ou seja, o que faz e o que não faz, as penalizações que têm vêm para a Câmara. E eles continuam a dizer que é deles! Eu não quero cá é as penalizações. Quando eu lhes estou a passar o alvará, também lhes estou a passar os incumprimentos. Percebem? Vocês percebem porque é que o Sr. Presidente da Junta não quer responder? Porque ele quer ter água e dizer que vos está a defender da Câmara. Não precisam dessa defesa porque a Câmara está convosco. Estamos muito contentes e ficaremos muito contentes que a água de Segadães seja a melhor do mundo. E que não vos faça mal nenhum. Agora, quem tem a competência e quer o sistema tem que se responsabilizar por ele em todas as circunstâncias. É apenas isto. A Câmara Municipal deixou claro naquilo que aprovou nesta Assembleia Municipal que reconhece inteiramente aquele sistema como sendo da junta de freguesia. Não o quer, não fará nada, rigorosamente nada. Aquilo que o Dr. Miguel Oliveira aqui diz tem que ver com os sistemas que são avocados e que se tornam competência do município. É completamente diferente. Eu explico. Os pequenos sistemas que existem naqueles pequenos lugares serranos, quando a Câmara fez a transferência de todo o seu sistema para a AdRA, também os colocou. Como são sistemas que estão desligados daquela rede contínua, a AdRA quis fugir a eles e foi aí que nós os obrigamos a colocarem uma adenda a um contrato, que é o anexo 1, e único, que diz uma coisa muito simples: os sistemas das freguesias que sejam entregues à Câmara, que é exatamente o contrário, a Câmara só quer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

entregar o alvará mas o sistema fica em Segadães. É exatamente o contrário a este processo. Por exemplo, o Sr. Presidente da Junta do Préstimo, que na altura nos mandou as competências que tinha na área da água e entregou-as à Câmara Municipal, que as entregou à AdRA. A AdRA é responsável por fazer o tal controlo da qualidade da água. Dizemos assim, aqueles pequenos sistemas em aldeias que têm três, quatro moradias, não dá para fazer uma rede de distribuição de água mas no entanto as análises são asseguradas pela AdRA por uma obrigação contratual que tem com o município. Agora permitam-me que vos diga, há aqui um equívoco enorme entre a ERSAR e um conjunto de entidades, é que a AdRA não tem nada que negociar com Junta de Freguesia nenhuma a integração do que quer que seja. A AdRA é concessionária dos municípios de Águeda, Oliveira do Bairro, Vagos, Ílhavo, Aveiro, Albergaria, Sever do Vouga, Murtosa, Estarreja e Ovar. Portanto, nestes dez municípios, a AdRA é concessionária, as redes são do município, porque os municípios são competentes. E, portanto, a AdRA não pode negociar com as freguesias porque estatutariamente não pode. Eu não me chateia nada que a AdRA faça as análises, incomoda-me sinceramente que aqueles que pagam a água mais cara para terem água de qualidade, para conseguirem perceber os investimentos no futuro que precisam dessa água e de tudo mais e que pagam a água que no fundo é nos outros concelhos e no resto do nosso concelho, estejam a pagar as análises à vossa água, que vocês não pagam. Vocês não se sentem bem nesta situação porque isto não é ser equitativo. E a questão da responsabilidade plena de assumirem e se responsabilizarem por elas. Eu, Presidente de Câmara, não tenho que estar aqui a ser responsabilizado, não tenho que estar a receber multas para o município pagar por incumprimento da junta de freguesia. Desculpem, não! Aquilo que o município quis fazer apenas e só foi dizer-lhe, “faça favor, o sistema é vosso, o nosso alvará nós vamos partilhá-lo convosco”. Agora fica obrigado a cumprir toda a regulamentação a que a distribuição domiciliária de água para consumo humano está obrigada legalmente. O Sr. Presidente sabe muito bem que isto vai ainda repicar! Há diretivas comunitárias que estão a ser integradas para a lei nacional e que a AdRA já está neste momento a cumprir, de pesquisa e controle de radioatividade na água. Sabem disso, não? Qual é o sistema da junta que vai fazer isto? Digam-me. Há obrigações legais que nós estamos obrigados, e a responsabilidade civil é do município e a criminal é minha. Perceberam ou não? Sr. Presidente, por favor, isto é tão simples, tão simples, nós estamos de boa fé, não percebo... o deputado Humberto Moreira fez as questões exatas e claras.-----A seguir queria falar da questão do Sr. José Vidal, relativamente às bandas de música. Eu queria-lhe dizer mal vai o nosso mundo quando nós não temos memória e não respeitamos as nossas memórias, as nossas próprias memórias. O Festival da UBA, desde há imenso tempo, e reparem, durante doze anos a Câmara Municipal foi eleita pelo PS e durante esses doze anos o Festival da UBA foi integralmente pago pela Câmara Municipal nas mesmíssimas condições, os valores seriam outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

porque o tempo era outro, como toda a gente sabe, basta mandarmos fazer obras e toda a gente percebe que estão mais caras. É apenas e só isto! Quando nós pomos em causa, estamos a pôr em causa tudo aquilo que fomos e que fizemos!-----

-----Relativamente à homenagem, não a encomendei, não a encomendei de maneira nenhuma. Não me sinto melhor nem pior porque alguém entendeu que me vai lá fazer uma homenagem, vou ser criterioso no sentido de que não levo nada para casa. Claramente. Desculpem, mas é um bocado isto. Relativamente à questão do envolvimento com as bandas, eu reconheço, por um lado o trabalho da UBA, essencial na coordenação até na relação com todas as bandas, reconheço inteiramente, não é de agora. Mantém-se e continuo a achar que é fundamental. E reconheço ainda muito mais o movimento das nossas bandas musicais que têm um trabalho incrível, nomeadamente na formação de músicos mas sobretudo de pessoas. De jovens. É um trabalho absolutamente essencial. Acho que o devemos respeitar porque é um trabalho notável que temos, devemo-nos orgulhar muito de um trabalho de tanta, mas tanta gente que está nestas bandas de música, nestas sociedades filarmónicas que temos no concelho, e que somos riquíssimos a esse nível. Devemos orgulhar-nos e reforçarmos, da parte da Câmara naturalmente que reconhecemos todo esse trabalho e todo um trabalho que é feito em prol, indiscutivelmente, do município, da cultura do município, mas sobretudo da formação das pessoas.-----

-----Relativamente à questão da mobilidade das bicicletas, das ciclovias, nós estamos agora a perfilarmos para o 20 30, que é a questão de irmos muito mais aos centros urbanos das freguesias e podermos fazer a interligação. No quadro do 20 20, como toda a gente sabe, Águeda, e bem, porque é uma distinção sem dúvida nenhuma, é beneficiária do PEDU, e o PEDU permitia obras financiadas apenas e só no centro da cidade. Às vezes as pessoas dizem, fazem muitas coisas no centro da cidade, nós tínhamos que aproveitar a oportunidade porque o financiamento é efetivamente só para o centro da cidade. É uma luta, nomeadamente minha, de outros colegas meus também, mas muito minha, de sensibilização para dizermos que temos centros urbanos nas nossas freguesias que precisam deste tipo de obras. E estou muito contente porque as informações que tenho é que o 20 30 vem finalmente permitir-nos alargar estes passos do PEDU e sobretudo estas obras aos núcleos urbanos das nossas freguesias, das freguesias dos municípios que têm PEDU, porque vamos continuar a ter PEDU. Isto é uma diferença essencial. Os meus parabéns a quem nos ouviu, da parte inclusivamente do Governo, porque efetivamente foi uma luta difícil, porque é preciso transcrever diretivas comunitárias e é preciso ajustá-las a esta realidade. O município de Águeda tem núcleos urbanos nas freguesias, porventura tão competentes e até maiores do que algumas sedes de municípios do nosso país, outras sedes de outros municípios do nosso país. Nós conhecemos a nossa realidade e sabemos que é assim. Era incrível como é que até aqui estes fundos estavam vedados a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

este tipo de freguesias. Isto vai acontecer e é uma coisa ótima e precisamos de, efetivamente, envolver-nos muito mais nessas questões.-----

-----Relativamente àquelas questões do associativismo eu perguntei aqui rapidamente à senhora vereadora e parece-nos que a única questão que pode aqui haver é que, nós fizemos uma mudança interna que me parece bastante ajustada. Até aqui o associativismo no global tratava de todas as questões de apoio a todas as associações, nomeadamente às associações sociais, às IPSS, agora, até porque reforçámos muito o nosso serviço de ação social em meios e recursos humanos, trouxemos esta realidade que é diferente do desporto, da cultura e que tem que ser vista com outros olhos, trouxemos para o associativismo social, para a ação social da Câmara. Naturalmente que devem estar a fazer um conjunto de perguntas porque estão a querer se inteirar e sobretudo naquela perspectiva de fazermos melhor e diferente. E é só, portanto, tenham um pouquinho de paciência, mas a ideia é melhorar.-----

-----Depois, relativamente à questão do deputado Mascarenhas, eu vou dizer-lhe o seguinte. O senhor levanta aqui umas coisas e é relativamente fácil e até parece que o Presidente da Câmara é que é o responsável pela empresa. Eu já disse aqui várias vezes, lamento muito que aquela empresa não tenha sido feita num espaço industrial, mas o que é facto é que ela está completamente licenciada e ao que toda a gente e todas as entidades dizem, bem licenciada. O senhor esteve aqui a falar de uma série de coisas que quero lhe dizer o seguinte, estamos a falar da Jade no Vale Grande. Esta empresa está licenciada e eu acho que todas as entidades já foram chamadas a dar a sua opinião, a verificar o processo. O processo de licenciamento já foi completamente esmiuçado e virado do avesso e o que é certo é que está bem licenciado. Neste momento há um incidente numa empresa, felizmente ninguém se magoou, pode acontecer em qualquer sítio, volto a dizer, tinha sido uma alegria muito grande para mim, até porque dada a proximidade do parque, que aquela empresa tivesse ido para o parque. O que é certo é que usando as prerrogativas legais se licenciou naquele sítio. Nós conhecemos o nosso território, aquilo que acontece ali um bocadinho mais próximo, acontece um pouco por todo o concelho. Nós temos empresas em todo o concelho muito próximas das casas. E o que é certo é que ela está licenciada e bem licenciada. O Presidente da Câmara, ao contrário daquilo que o senhor possa fazer valer crer, ou fazer crer, não tem nenhum interesse pessoal, nem está a violar coisíssima nenhuma para a ter lá em funcionamento. Sou minimamente responsável e não vou lá chegar e dizer assim, “encerram a empresa” porque terei um processo criminal em cima de mim, pessoalmente, porque indiscutivelmente se o fizer é abuso de poder. Não tenho dúvidas nenhuma. Ela está bem licenciada, está a funcionar, o que é que quer que eu lhe faça? Lamentar que aconteçam os acidentes e manter esta vigilância no sentido de que as coisas não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

aconteçam. Efetivamente há muitos carros estacionados na rua, estamos a tratar de resolver outras coisas no acesso que temos para o Casarão. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Junta, Paulo Tavares, faça favor.-----

-----**Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

-----”Sr. Presidente, só título de curiosidade. Gostava que me dissesse quanto é que custam as análises que a AdRA faz na freguesia por ano, quanto é que custam, e qual foi o valor das multas que a Câmara pagou até hoje. Duas perguntas objetivas, é só o valor porque eu acho que o senhor não vinha para aqui falar de coisas sem saber o que é que está a falar.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Jorge Melo.-----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----”Muito rapidamente, Sr. Presidente. A ir ao encontro daquilo que o Sr. Deputado Miguel Oliveira aqui disse, acho que é mesmo importante pormos aqui um ponto na ordem de trabalhos e podemos discutir tudo com grande profundidade. E as responsabilidades que cada um tem. Portanto, vou ao encontro daquilo que disse porque aí sim se pode ir ao fundo desta questão e tratar daquilo que é o bem essencial e não discutirmos aqui o acessório que é os zumbidos, mas sim o bem essencial que é a qualidade da água para as pessoas. E queria, porque me esqueci há pouco, de deixar aqui um pequeno reparo, se estamos sempre aqui a cumprir aquilo que é a nossa missão, que é da oposição, não posso deixar de felicitar o executivo e, acima de tudo, de felicitar Águeda, porque temos um centro de saúde completamente requalificado e devidamente inaugurado, queria aproveitar o momento para colocar uma questão ao Sr. Presidente. Acredito que tenha, no tempo que esteve com o Sr. Ministro da Saúde, que lhe tenha exposto os problemas que o concelho, que o município enfrenta com a carência de médicos de saúde e o que é que nos espera nesse aspeto, se temos boas notícias, porque de nada vale agora termos ali, perdoe-me a expressão, um elefante muito bonito, que o está, se calhar elefante não será o termo correto, mas temos um edifício devidamente qualificado e se não tivermos os recursos humanos adequados para lá colocarmos. Muito obrigado.”-

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, há bocado eu tinha-me esquecido de falar num assunto que é o seguinte, mais uma vez uma reunião ordinária a uma quinta-feira. Isto para a nossa bancada, não sei se para as outras não, criou problemas, inclusive eu próprio tive que fazer grandes esforços para cá estar, como outras pessoas para cá estarem, acho muito bem, que o Sr. Presidente tenha em atenção isso, que já várias vezes referimos, pelo menos as reuniões ordinárias, que sejam à sexta-feira, seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

na véspera de um feriado, é o que vem no regimento, portanto, mais uma vez uma chamada de atenção que hoje nos foi prejudicial.-----

-----Em relação à questão da UBA, não é por nós falarmos mais alto, mais emocionalmente ou não, que temos mais ou menos razão. O Sr. Presidente tem razão. Agora tem um erro quando diz que sempre, há doze anos que foi assim, quando o PS lá esteve. Sr. Presidente, não há nenhum político correto que fale no sempre, o sempre não existe. Tudo está em mutação. O que era bom há uns anos hoje certamente não será e daqui a uns anos estaremos a ser criticados por aquilo que hoje decidimos. Portanto, isso não justifica nada. O que eu pus aqui em causa é quando há um espetáculo, neste caso de uma banda, que o senhor aí tem razão, Águeda é extremamente rica em formação musical dos nossos miúdos, eu sou professor, apanhava, fartava-me de falar disso, devido às bandas em grande parte e ao apoio que a Câmara dá efetivamente. Atenção! Que a Câmara dá efetivamente esse apoio. Mais! Que a Câmara apoia em projetos e candidaturas, como há vários projetos neste momento a decorrer na Câmara. O que nós estamos a falar é do nosso aniversário, em que eu sou a pessoa que toco e ainda recebo para tocar no meu aniversário. Por exemplo. É o meu aniversário, o senhor paga cem por cento, eu vou lá tocar e ainda recebo para tocar no meu aniversário. A minha contribuição é receber aquilo que toco. Por exemplo, se for o caso, será que não há lá nenhum caso? É tudo gente de cá que ninguém recebe um tostão nesse dia do aniversário, que é o que acontece nas festas e freguesias que o senhor apoia e bem e está presente e justifica e tudo. Uma coisa boa que o senhor faz é estar presente no meio das pessoas. Só estou a levantar aqui uma questão crítica, não vale a pena estarmos a defender fortemente, podemos defender-nos, logicamente, e tem todo esse direito. O que eu estava só a levantar é isso. E vamos mais à frente, vou ter outra intervenção nesse âmbito. Há um apoio discricionário a determinado tipo de atividades que não se justifica. Um deles é à UBA. Porque Sr. Presidente, eu vou pedir um relatório, que é mais fácil, peço aqui oralmente, que me diga todas as verbas transferidas em 2022, já não vamos este ano, para a UBA e para as bandas. E de certeza que elas todas justificam e bem pelo trabalho meritório e aí é que fazem, na formação, que aí nem se consegue muitas vezes integralmente, porque são coisas extremamente caras e que obriga a um grande esforço, como todas as associações. Portanto, não vamos estar aqui. A verdade é que tudo aumenta em dois anos, sessenta por cento de aumento. Nem a inflação, nem a guerra, nem a pandemia conseguiram isto em mais nenhuma modalidade em Águeda. Sessenta por cento de aumento, passámos de dez mil para dezasseis mil e tal. Portanto, a pandemia e a guerra dá nas bandas mas não dá nos outros. Não dá. E nem é nada contra às bandas, é só ter em atenção nos regulamentos os apoios às atividades culturais e provavelmente num próximo ano terem atenção, aliás, que vai haver propostas mais à frente na Ordem de Trabalhos que nós vamos fazer sobre isso. Obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Mário Vasconcelos, por favor.-----

-----**Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Muito boa noite a todos. Cumprimento na pessoa do Sr. Presidente todos os presentes e os que nos acompanham pela Águeda TV. Ora bem, nós estamos aqui há cerca de uma hora e vinte minutos a discutir o cemitério da União de Freguesia de Trofa, de Segadães e Lamas e, muito sinceramente, eu pensava que hoje me ia ser, por exemplo, transmitido aqui que o assunto do cemitério estava resolvido. Meus amigos, aquilo que os nossos munícipes esperam de nós e sobretudo dos órgãos executivos é que os problemas se resolvam de uma vez por todas. Eu faço aqui um apelo que numa próxima Assembleia possa ser comunicado aqui e que o nosso Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da União de Freguesias do cemitério em causa possa dizer assim: assunto resolvido. Eu acho que todos sairíamos a beneficiar com isto. Isto é um ponto. E vejam, surgiu um novo problema, é o problema da água e o problema da água acabou por ofuscar o problema do cemitério. Eu não sei se houve avanços, se houve recuos ou se está tudo na mesma. Não sei. Porquê? Porque o problema da água acabou por ofuscar tudo. Depois, a exemplo daquilo que estou a falar aqui do cemitério, discordo completamente daquilo que o deputado Miguel de Oliveira disse. Vou votar contra, não sei qual vai ser a posição da minha coligação, contudo eu votarei contra. O apelo que eu faço é que se encontrem e que resolvam este problema da água. É isto que os nossos munícipes querem, é o problema da água resolvido. Mas resolver o problema. Eu não sei se eu tenho um problema por ser diretor executivo de uma empresa, a gente quando tem um problema, enfrenta-o e tem que resolver. E tem que apresentá-lo resolvido. Se não é melhor, é pior, tem que tomar decisões. Portanto, peço-vos, tomem decisões, resolvam este problema, por favor.-----

-----Por último, uma palavra ao deputado José Vidal. Eu nunca, nesta Assembleia manifestei, não fiz qualquer comentário sobre as reuniões do executivo serem transmitidas ou não pela Águeda TV. Tive dúvidas quando este assunto foi afluído aqui, tive o cuidado de o estudar convenientemente a minha opinião e deixo-a aqui, e votarei sempre contra, portanto, eu sou contra a transmissão das reuniões do executivo na Águeda TV. E digo-vos isto porquê? Porque, reparem numa coisa, isto é fácil de pensar um bocadinho, vejam o constrangimento que ia provocar nas pessoas que discutem os problemas, às vezes de uma forma mais acalorada ou não, às vezes até com vernáculos ou com o que for, porque é preciso discutir as coisas para encontrar caminhos. E, portanto, assim como nas reuniões nas empresas, vejam o que era o conselho de ministros a ser transmitido, então passava a haver dois conselhos de ministros, era um para a televisão e um para se discutir verdadeiramente os problemas. Portanto, a nossa posição vai ser sempre contra e, agora a minha pessoalmente porque eu tive dúvidas, tive que me ir informar, tive que ir ver porque não tinha, digamos, uma posição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

definida em relação a isso. Portanto, dei o meu silêncio na altura e hoje estou em condições de votar contra se isso voltar aqui a ser falado. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Sr. Presidente, desculpe, é só mesmo para pedir um esclarecimento porque o Sr. Deputado que acabou de intervir deixou claro que estava contra uma posição minha e eu não percebi qual era. É só isso. E que votaria contra. Eu não fiz nenhuma proposta para submeter a votação e, portanto, não estou a compreender exatamente qual é o âmbito. É só isto.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, eu julgo que referia-se à questão de se agendar uma Assembleia específica. Eu só lhe estava a explicar o que é que eu entendi da intervenção do deputado Mário no sentido a dizer que votaria contra. Estou-lhe a dizer que terá sido nesse âmbito. Eu explico se de facto for requerida nos termos do regimento a inclusão do assunto na Ordem do Dia ele será obviamente debatido, isso não há dúvidas nenhuma. E depois a votação é aquela que resultar e aí sim poderá votar contra na discussão do ponto e na votação do ponto. Sr. Deputado António Mascarenhas, também queria usar da palavra? Por favor.-----

-----**António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Câmara, eu não coloquei aqui em causa a sua idoneidade, até porque eu não faço ataques pessoais, nunca o fiz e nunca o farei, até porque já trabalhamos juntos, nomeadamente na aprovação do PDM e nas Comissões Municipais de Segurança e Comissão Municipal da Defesa da Floresta e o que eu coloco aqui em questão é de que forma é que ele foi aprovado, dadas as condições em que ele foi aprovado. É evidente que o Sr. Presidente não é técnico e não poderá sabê-lo. Portanto, nunca aqui coloquei em causa a sua pessoa, nem vou colocar está bem? Isso que fique esclarecido. Agora, eu gostaria de ter acesso ao licenciamento dado que ele foi licenciado da forma que foi e que eu olho para ela e vejo. O PDM diz que por exemplo setenta e cinco por cento da área não pode ser mais ocupada a área de construção mais que setenta e cinco por cento da área e eu olho para lá e vejo que é muito mais. A não ser que haja terrenos em anexos ou outros artigos que eles tenham comprado que eu não sei. Por isso, eu gostaria de ter acesso ao licenciamento. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira ainda quer...Senhores deputados, mais alguma intervenção no período antes da ordem do dia? Não há mais intervenções. Muito obrigado. Sr. Presidente, nesta segunda ronda de intervenções, faça favor.-

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Sr. Presidente, dar duas respostas muito rápidas. Primeiro, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Trofa, Segadães e Lamas, não tem dúvidas nenhuma de que a AdRA tem custos com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

análises que faz para o sistema. A pergunta que eu estou a fazer é o seguinte: a Junta de Freguesia paga-as? Não. Já agora fica a saber que eu estive a representar o município Réu, num tribunal especializado em Santarém, e não o vi lá por causa da questão das contraordenações que naturalmente o município se recusou a pagar. Não é desculpa, é mesmo assim. Sabe, tive que ir com advogados pagos pelo município, naturalmente, representar o município Réu, a um tribunal especializado, que tem sede em Santarém, e não o vi lá! Sabe porquê? Porque a responsabilidade foi imputada ao município de uma coisa que o senhor teima em fazer mal. Pronto, é só isto. Sem dúvida nenhuma. Não lhe faltei, não há lugar no meu entendimento a falta de honra nenhuma porque não foi atacada em rigorosamente nada, a única coisa que lhe disse foi, o senhor perguntou-me quanto é que custa, não sei quanto custam, sei que as análises que a AdRA faz ao sistema de Segadães, a Junta da Freguesia não lhas paga. E, portanto, esse é um custo importado ao sistema da AdRA e naturalmente pago, até porque tem regulamentos tarifários e, portanto, naturalmente pago pelos clientes da AdRA. Muito obrigado.-----

-----Relativamente ao Centro de Saúde, todos precisamos de perceber o salto qualitativo enorme em termos de instalações que foi dado no Centro de Saúde. E não vale a pena chamar elefante a coisíssima nenhuma porque aquilo não tem nada de elefante, de maneira nenhuma. Há uma coisa que eu sei, com boas condições, tornamos mais apetecível, nomeadamente, a mais médicos virem trabalhar para cá. No meu discurso, foi pena que ele não seja profusamente divulgado porque uma das questões que coloquei foi a seguinte, e nós temos que colocar estas questões com todo o ênfase, e aqui doa a quem doer. Entre o ano 2000 e 2023, duplicou o número de médicos no país. Inscritos na ordem dos médicos. Duplicou. E há realidades, disse eu mesmo ao Sr. Ministro e ele naturalmente concorda, que há realidades que custa-nos a entender. É difícil de entender. Nós temos a unidade que funciona lá em cima de prestação de cuidados, está completa, tem os médicos todos. Nas várias unidades que temos no concelho, e lembro que temos pelo menos cinco unidades agrupadas no concelho, nós temos falta neste momento de quatro médicos. O que acontece aqui várias vezes é o quê? Há um bocadinho estava aqui a dar uma explicação numa conversa interessante, quando fomos visitar a escola da Chãs no início do ano letivo, já tinha essa perceção mas ficou mais claro, nós temos muitos professores da zona de Viseu. Há muitas pessoas da zona de Viseu que, por força da facilidade de ligações, vêm para aqui e, naturalmente, estão sempre com muita vontade de irem para mais perto de casa. Acontece rigorosamente a mesma coisa com os médicos. Os médicos que são colocados em Águeda são muitos da zona do Porto, que estão permanentemente com vontade de irem, na primeira brecha, para irem para perto. Está aqui o Sr. Presidente da Junta de Valongo e Macinhata, sabemos que o médico que lá está, está a começar a pedir para ir para a Branca, Porque ele é de Espinho. Se nós nos colocarmos no lugar desse médico, não há aqui nada que o empurre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

daqui para fora. Quem vem de Espinho para a Branca poupa vinte a vinte e cinco minutos todos os dias em cada viagem. Nós percebemos. Recebe o mesmo ordenado, é exatamente a mesma coisa. Nós todos percebemos. Isto replica-se pelo país todo. Neste momento o Governo tem um problema em mãos relativamente grande que foi construído ao longo destes anos todos. Foi construído, deixou-se chegar a este ponto ao longo destes anos todos. Responsabilidade de quem? De todos os Governos, desde há uma série de anos. Agora volto a dizer aquilo que disse ao princípio, entre 2000 e 2023, se vocês forem à Pordata duplicou o número de médicos. Há outras questões e foi isso que eu recomendei, é que esta análise ao que se passa na saúde obriga-nos a ir fundo e não ficarmos por soluções e sobretudo por análises simplistas, porque isto é bastante complexo. O Sr. Ministro da Saúde naturalmente tem um conhecimento bastante significativo do que se passa em Águeda e no país. Eu não tenho dúvida nenhuma que está imbuído de uma vontade de tentar resolver como qualquer Governo. Esta é a realidade que temos. Há uma coisa que ficou clara, até onde podemos ir, às vezes indo mais longe do que as nossas competências, estamos a fazer o melhor que podemos. Estamos a passar a pente fino todas as nossas unidades de saúde e estamos a capacita-las e a torná-las muito mais confortáveis para os utentes, em primeiro lugar, mas também para o pessoal que presta serviços. Porque uma das coisas que me faz confusão, e agora permita-me que o diga, vocês lembram-se antigamente que havia a Parque Escolar que fez uma revolução nas escolas todas e veio um mecanismo de financiamento maciço para os centros educativos, lembram-se? Não foi assim há tanto ano. As IPSS, a área social têm vindo a ter os vários pares, já vamos no terceiro pelo menos, nunca houve nenhum mecanismo deste maciço para a área da saúde. E uma das coisas que me fazia muita confusão é que as condições físicas dos serviços de saúde eram paupérrimas e eram demasiado más sobretudo quando confrontadas com os privados. Porque havia um desleixo, um descuido. Eu trabalhei, como vocês sabem, durante muito tempo no Hospital de Águeda e naquele tempo nós conseguíamos alcandorar o hospital a um serviço de referência, mas as condições eram mesmo más. Isto quer dizer o seguinte, a conjuntura não justifica muitas vezes algumas mediocridades, quando nos envolvemos, quando nos dedicamos, conseguimos ultrapassar algumas coisas, mas não tenham dúvidas nenhuma que teria sido muito mais fácil se o hospital tivesse outras condições. É isso que nós estamos a fazer. Muito em breve vêm inaugurar a urgência do hospital, nunca houve tanto investimento na área da saúde como nós estamos a fazê-lo e isso deixa-nos todos muito contentes e, portanto, nós não podemos dizer fizeram obras e agora não há médicos. Então e se não fizéssemos obras? É para acabarmos definitivamente? Ficamos assim? Não, nós estamos a fazer a nossa parte e o Governo tem problemas para fazer a parte deles. Há de resolvê-los. Eu estou convencido que daqui a dois, três anos está resolvido. Mas até lá vai haver questões destas. Porque a coisa chegou ao estado em que está, e atenção, a Câmara não tem nada, nem esta nem nenhuma, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ver com essa questão. E, portanto, cada um faz a sua parte tentando ir mais além, favorecendo, ajudando. Temos ótimas condições, como passámos a ter no centro de saúde, eu não tenho dúvidas nenhuma que ajuda a captar e até algumas pessoas com esforço significativo a dizer assim, “eu sinto-me bem aqui, temos condições ótimas” e porque não ajuda a ficar e a captar e a fixar meios humanos. É esse o nosso objetivo, portanto, estamos bem, não há dúvidas nenhuma aquela obra no Centro de Saúde foi uma grande obra, é uma grande obra que ali está, Águeda está muito melhor servida. E volto a dizer, neste momento a unidade de prestação direta de cuidados, que é o USF Souto Rio que lá está, tem a equipa completa e isso é fantástico. Tanto quanto sei, são números que tenho, tem quase dez mil utentes no nosso concelho que vão ali àquela unidade de saúde e que está completa e, portanto, está a fazer um trabalho ótimo, e isso é muito bom. Agora, isso não quer dizer que não tenhamos problemas noutros sítios e lá está, é o meu papel de pressionar para tentar resolver. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Por ordem de inscrição, faça favor, o protesto é do Sr. Deputado Miguel Oliveira? O Sr. Presidente da Junta vai apresentar. Muito bem.-----

-----**Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

-----“Sr. Presidente, antes de mais as minhas desculpas por estar a interromper o Sr. Presidente da Câmara e as minhas desculpas também ao Sr. Presidente da Câmara. Eu fiz só as duas perguntas, não são rasteiras, é só para também pôr o Sr. Presidente um bocado em perspetiva, porque às vezes a mensagem que passa... eu acredito, que o senhor até acredite naquilo que diga. Mas se eu lhe disser que as análises se calhar não chegam a três mil euros por ano, isto no universo da AdRA e digo-lhe mais, Sr. Presidente, até disse ao Sr. Presidente da AdRA se queria ajuda para as pagar, veja lá. Ele até, enfim, esboçou um sorriso e, reparem, nós fazemos as análises, não as deixam a nós submeter. Elas são duplicadas. Tudo bem, não as deixam é submeter. Quanto às multas claro que o município nunca pagou nada, como era óbvio. O município não vai pagar uma multa sobre uma coisa que não tem responsabilidade. Como é óbvio.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta. Estamos encerrados quanto ao período antes da ordem do dia. Passemos ao período da ordem do dia e aos pontos que constam da ordem de trabalhos.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**3.1 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal n.º 321/23 de revisão da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de 22 Aglomerados Urbanos do Concelho e do respetivo Quadro de Benefícios Fiscais Associados (ARU existentes) e da Delimitação de novas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para outros 15 Aglomerados Urbanos do Concelho e do respetivo Quadro de Benefícios Fiscais Associados (novas ARU).**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Foi-me dado conhecimento, que a apresentação do ponto será feita pelo Sr. Engenheiro Álvaro Santos, julgo que responsável pelo trabalho em causa. Sr. Engenheiro, faça favor.-----

-----**Engenheiro Álvaro Santos:** -----

-----"Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais. Eu de facto sou o coordenador da equipa, mas sobre esta parte vai ser o meu colega o arquiteto Paulo Valença que vai apresentar e eu depois falarei só um bocadinho no final sobre a questão dos incentivos fiscais. Muito obrigado."-----

-----**Arquiteto Paulo Valença:** -----

-----"Boa noite, cumprimentava na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia todos os presentes e tentarei num curto espaço de tempo, que é aquele que nos foi pedido que usássemos, apresentar este trabalho que foi feito ou que está a ser feito. Porque é um trabalho que teve um início a duas velocidades, o Sr. Presidente da Assembleia já o referiu, de facto começamos por fazer uma análise e uma redelimitação de 22 áreas de reabilitação urbana que já existiam no Concelho de Águeda e depois foi entendido que deveria haver uma atitude mais pro-ativa a esse nível e continuamos a trabalhar e este trabalho foi estendido a mais quinze áreas de reabilitação urbana. Dizer antes de mais que delimitar áreas de reabilitação urbana é uma atitude de planeamento territorial, ou seja, é destacar no âmbito do território e no âmbito dos aglomerados existentes um conjunto de sub territórios que merecem uma alavancagem por alguma razão ou patrimonial ou por falta de vitalidade urbana ou por degradação excessiva do seu edificado e/ou, por vezes, do seu espaço público, e, portanto, decidir avançar para a limitação numa primeira fase de áreas de reabilitação urbana e depois numa segunda fase para o desenho das estratégias que devem levar à prossecução e à execução dessas áreas de reabilitação urbana, tem muito que ver com a lógica que os municípios têm, não só Águeda, mas como todos os outros que neste tipo de trabalho intervêm, que teem, dizia, no quadro da sua perspetiva para a reorganização e para o planeamento territorial dos concelhos. Dizia também, peço desculpa, que já interviemos em duas fases deste processo e posso aqui também dizer que já estamos numa terceira fase que tem que ver com as duas iniciais, que são as tais operações de reabilitação urbana que eu agora aqui falava e que já estamos também a trabalhar nelas para as trinta e sete áreas de reabilitação urbana que estão, entretanto, ou redelimitadas ou delimitadas de novo. Neste primeiro slide, que está desfasado daquele ali, mas está aqui atrás, neste primeiro slide vemos as áreas de reabilitação urbana, eu chamaria de primeira geração, aquelas que já existiam quando aqui chegamos para analisar e para redelimitar. Aqui uma concentração óbvia na área mais urbana do concelho, mais no seu contexto poente, e onde havia de facto este conjunto já de áreas de reabilitação urbana que existiam, que estavam ativas. Destas, na perspetiva da sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

redelimitação, fizemos o tal trabalho apurado no terreno e área a área e chegamos à conclusão que de vinte e duas, dezanove mereciam uma redelimitação aos seus limites. Porquê? Porque podiam ser em algumas situações integradas, mais integrados, mais territórios que teriam um tratamento semelhante e incentivos fiscais idênticos àqueles que já antes existiam em territórios mais reduzidos, mas também detetámos ao longo deste trabalho no território que havia áreas que estavam na nossa perspetiva de forma extensiva sobre-delimitadas e que nos parecia que não era benéfico em termos de planeamento territorial, em termos da organização do território, algum excesso de área que estava previsto para a reabilitação urbana, onde muitas vezes a expectativa não era de reabilitação mas sim de ocupação. E, portanto, propusemos também em algumas situações alguma redução desses limites. Em três casos concordamos completamente com aquilo que existia já antes feito e, portanto, não propusemos que houvesse alterações. Dentro destas vinte e duas áreas de reabilitação urbana, separando aquilo que são as operações subsequentes de reabilitação urbana simples, ou seja, aquelas que enfocam apenas no edificado e no edificado essencialmente privado a grande maioria destas vinte e duas operações de reabilitação urbana que estão a ser agora tratadas, como eu dizia, são de facto de cariz simples, mas há também um conjunto de seis outras em que foi proposto, para além do que já havia na cidade de Águeda, que fossem também integradas e fossem assumidas como operações de reabilitação urbana sistemáticas. Portanto, seis operações de reabilitação urbana sistemáticas, o que é que faz a diferença é que as operações de reabilitação urbana sistemáticas assentam num plano estratégico de reabilitação, plano esse que, para além do edificado privado, como eu dizia há pouco, que acontece nas operações de reabilitação urbana simples, pode também abordar a questão do espaço público que é uma missão pública, de intervenção pública, ou seja, municipal e que é uma motivação muito importante quando acontece para que os privados venham atrás deste processo e sintam confortados a intervir naquilo que é o seu património também. Portanto, resumindo, vinte e duas áreas de reabilitação urbana, seis operações de reabilitação urbana sistemáticas, ou seja, edificado mais espaço público, dezasseis operações de reabilitação urbana simples, mais focalizadas naquilo que é o edificado. Não vou cansá-los a comentar cada uma das áreas de reabilitação urbana, admito, julgo, que terão tido acesso ou terão a seguir acesso ao documento. Aqui a verde delimita-se aquilo que são os alargamentos às áreas de gravitação urbana que propusemos e a páginas tantas há de aparecer aqui também, a cor laranja, as áreas que propusemos que fossem reduzidas numa ou noutra área, ARU, ao longo destas vinte e duas. Portanto, importante é dizer e aqui à frente vamos ver um slide que reflete isso, que quando chegamos à análise destas áreas de reabilitação urbana havia mil hectares que estavam previstos ou estavam delimitados como áreas de reabilitação urbana, no final deste trabalho que o município entendeu desenvolver na perspetiva de dar mais incentivos, mais alavancagem, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

potencial a um conjunto alargado de aglomerados, saímos com mil e seiscentos hectares de área incluída em área de reabilitação urbana, ou seja, mais de sessenta por cento de território com possibilidade de acesso a incentivos que ajudam a que os proprietários possam reabilitar os seus edifícios, as suas próprias habitações ou aquelas que possam ter no mercado de arredamento, por exemplo. E ia passando, assim um pouco rapidamente porque também o tempo que nos deram, que nos dão, também não é tanto e também não quero maçá-los com questões mais de detalhe, mas é importante de facto fixar que intervir, delimitar e planear estrategicamente áreas de reabilitação urbana é de facto uma alavanca importante para a consolidação do território e para a coesão social ao longo de todo o território. Dizer também, e que me parece importante, que ao delimitar uma área de reabilitação urbana, e por enquanto pode vir e parece que até pode mudar no futuro, não estamos apenas a tratar de património, de edificado existente, estamos também, porque isso é que é a reabilitação urbana, a poder olhar para os territórios e ver onde é que há vazios que possam ser colmatados com novos instrumentos de planeamento, com novos edifícios, com novos loteamentos e que contribuam exatamente para que haja a tal coesão do território de uma forma não extensiva para fora dos limites daquilo que é o próprio perímetro urbano, mas sim consolidando aquilo que é o seu interior e dando robustez e assim permitindo também criar novas centralidades, novas zonas onde podem instalar-se mais atividades e darem melhor serviço à comunidade, assim aumentando também a qualidade de vida dos residentes. Como dizia há pouco, de mil hectares no ponto de partida, mil e seiscentos hectares no ponto de chegada neste universo das vinte e duas intervenções que foram feitas. Entendeu o município, e na nossa perspetiva de apreciação técnica muito bem, alargar este espectro de áreas de reabilitação urbana e de centros no concelho. E entendeu, numa perspetiva de consolidar algumas zonas daquela área, daquele setor mais urbano que eu falava há pouco na área poente do concelho, mas também ir mais longe, ir a mais freguesias, ir a mais aglomerados, aglomerados mais recônditos, mais de montanha, mais rústicos e também aí garantir qualidade de vida ou criar condições para que se possa permitir melhor qualidade de vida aos residentes que ainda lá estão, felizmente, e que é preciso motivar a que lá fiquem, e os seus filhos e os seus netos, mas também potenciar situações que possam atrair outros residentes e cada vez mais vamos sabendo como há potencialidade no mundo mais rústico, no mundo mais periférico, para muitas famílias se instalarem e terem uma nova lógica de vida e uma lógica de vida muito ligada às novas tecnologias e aos nómadas digitais e às comunidades - ainda há pouco vínhamos para cá na estrada a ouvir comentários sobre as comunidades que se instalam em alguns territórios em Portugal, e não tão longe daqui quanto isso, uns para o bem, outros infelizmente para o menos bem, mas facto é que a realidade do mundo rural não desapareceu completamente e pode ter aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

alguma mexida à volta das áreas de reabilitação urbana dos lugares mais recônditos dos concelhos, das periferias, das zonas mais montanhosas. -----

-----O segundo momento de intervenção em áreas de reabilitação urbana, não foi, portanto, de revisão das delimitações que existissem, porque estas novas quinze áreas não tinham qualquer delimitação, foi sim um trabalho de delimitação de início e de perceção daquilo que eram os lugares que foram identificados como tendo potencialidade para tal. Dizer que a delimitação, quer neste caso quer no anterior, tem, como eu dizia há pouco, não só a perspetiva da reabilitação de um património existente mais valioso ou menos valioso e felizmente encontramos em Águeda muito potencial, muito património, com valor edificado ao longo de muitos e muitos lugares que conhecemos, mas assenta também numa estratégia e numa atitude pro-ativa de reforçar e de consolidar estes próprios territórios. Nomeadamente estamos aqui a ver um caso onde aparece aqui algum território não tão preenchido, mas são áreas que têm um potencial para dar união e para dar força a locais que têm alguma perspetiva de crescimento e que em vez de o fazerem de forma aleatória ao longo do território podem fazê-lo dentro dos seus limites e assim garantir uma maior equidade, e palavra que já aqui ouvimos hoje mais que uma vez, em termos de distribuição de infraestruturas, em termos de acesso a equipamentos e em termos de vida quotidiana e de fiabilidade dos residentes. E aqui estamos a falar de mais quatrocentos hectares que surgiram para além dos mil e seiscentos que já tínhamos na primeira fase. Ou seja, de mil hectares que existiam no início do processo de reobservação das áreas de revitalização urbana, passou-se a uma área que dobra aquilo que já existia e, portanto, há aqui um conjunto de famílias, um conjunto de edifícios, um conjunto de comunidades que ganham um conjunto de benefícios e que os incentivarão a intervir no seu património para seu usufruto próprio, mas também para dinamizar a vivência neste conjunto de trinta e sete aglomerados de que estamos a falar aqui no concelho de Águeda. Tudo isto nas operações de reabilitação urbana depois vai ser materializado nas estratégias e no conjunto de benefícios fiscais que surgem e que apoiam a tal intervenção dos privados e eu aqui peço ao meu colega Álvaro Santos para comentar esta parte, que tem a ver com a terceira fase em que estamos já a trabalhar.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Arquiteto.-----

-----**Engenheiro Álvaro Santos:** -----

-----“Boa noite mais uma vez, muito rapidamente, Sr. Presidente, só para terminar, mas acho que esta parte aqui é muito importante e eu vou procurar ser o mais sintético e o mais breve possível para que todos possamos entender. A intervenção do meu colega acho que foi suficientemente esclarecedora e muito completa, mas deixem-me só, para quem não está tão familiarizado com esta linguagem da reabilitação urbana. O enquadramento que nós estamos aqui a falar é de um regime



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

jurídico de reabilitação urbana, que já foi criado em 2004, há quase 20 anos, imagine-se, e depois foi aperfeiçoado em 2012 por uma lei da Assembleia da República, e que basicamente cria duas figuras, a área de reabilitação urbana e a operação de reabilitação urbana. A área de reabilitação urbana é um espaço que pelas suas características de degradação do espaço físico, do edificado, também na perspetiva social, justifica uma intervenção prioritária do município. Isto por um lado. E por outro lado cria, desde logo, um conjunto de incentivos fiscais, que eu vou agora aqui apresentar com um bocadinho só de detalhe, que estão previstos no estatuto dos Benefícios Fiscais, portanto, ao nível nacional, e que são renovados, ou têm sido renovados, a cada ano corrente, ano civil, mas as áreas de reabilitação urbana têm um período de validade de três anos. Três anos, até se fazer ou serem renovadas ou redelimitadas ou então até se fazer uma operação de reabilitação urbana. E operação de reabilitação urbana significa que há um conjunto de intervenções físicas ou imateriais que o município decide levar a cabo para incentivar precisamente os privados a reabilitarem o seu património. Isto naturalmente que todo o edificado ou todo o espaço público não pertence ao município e por muito que o município queira e tivesse dinheiro, qualquer município deste país, não estou a falar de Águeda, qualquer município deste país que quisesse e tivesse dinheiro, não podia intervir em todo o território porque grande parte do território é privado. E, portanto, daí que ao final de três anos as ARU deixem de ser válidas e há necessidade de fazer e desenvolver a tal operação de reabilitação urbana, que o meu colega explicou, as simples, as ORUS, as operações de reabilitação urbana simples são focadas no edificado, seja ele público ou privado, e as ORUS sistemáticas já são também, para além do edificado, abrangem também o espaço público, as infraestruturas, os espaços verdes, equipamentos, etc., etc. E, portanto, tudo isto se pode levar a cabo através de uma operação de reabilitação urbana que é agora a segunda e terceira fase que estamos a desenvolver. Portanto, mas esta questão dos incentivos fiscais é muito importante e ela é criada imediatamente com a criação das áreas de reabilitação urbana. Estão aqui no quadro, são três slides, apenas, eu vou só tentar pôr aqui para ver se consigo ler. Há vários impostos que o município vai usar as prerrogativas legais, previstas no estatuto dos benefícios fiscais para prescindir desses impostos, para incentivar os privados então a reabilitarem o seu património nestas áreas de reabilitação urbana. São vários impostos, desde logo, por exemplo, o imposto municipal sobre Imóveis, o IMI, em que dentro da ARU há uma isenção dos prédios urbanos ou frações autónomas localizadas em ARU ou concluídos há mais de 30 anos por um período de 3 anos. Portanto, há uma isenção de três anos neste edificado, através de uma intervenção de reabilitação urbana. Ao nível, por exemplo, do IMT, há aqui duas condições de aplicação, uma primeira que isenta as aquisições de prédios urbanos ou de frações autónomas localizadas em ARU, ou concluídas há mais de trinta anos, destinadas a intervenções de reabilitação e desde que o adquirente dê início às obras no prazo máximo de três anos, a contar da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

data de aquisição desse imóvel. A outra condição de aplicação da isenção do IMI é na primeira transmissão também dos prédios urbanos ou de frações autónomas localizadas em ARU ou concluídas há mais de trinta anos, subsequente à intervenção de reabilitação e desde que o imóvel se destine a arrendamento para habitação permanente ou quando localizado em ARU se destine à habitação própria e permanente. Portanto, há aqui uma parceria muito estreita entre a reabilitação e a habitação. É outro campeonato mas de facto são dois temas muito importantes nos dias de hoje e que estão muito interligados e daí a importância estratégica deste trabalho e desta iniciativa do município de Águeda. Agora falemos do IRS, o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. Há uma dedução à coleta de trinta por cento dos encargos suportados pelo proprietário relacionadas com a reabilitação de imóveis localizados em ARU, até um limite de quinhentos euros. Há também uma tributação de mais-valias à taxa autónoma de cinco por cento, quando estas sejam inteiramente decorrentes da primeira alienação, subsequente à intervenção de reabilitação de imóveis localizados em ARU, e há ainda também uma tributação de rendimentos prediais à taxa autónoma de cinco por cento quando os rendimentos sejam inteiramente decorrentes de arrendamento dos imóveis, objeto da intervenção de reabilitação e desde que localizados em ARU. Ao nível do IRC isto é mais relacionado com fundos de investimento imobiliário, mas há aqui também incentivo para eles, mas eu vou avançar esta parte. Ao nível das taxas há uma redução para metade das taxas devidas pela avaliação do estado de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas localizadas em ARU, ou concluídos há mais de trinta anos, apenas se verificada uma subida de dois níveis do estado de conservação do imóvel e se for obtida no mínimo a classificação de bom. Também com qualquer intervenção no nosso edificado particular, de qualquer um de nós, esta subida de dois níveis e com o mínimo de bom é perfeitamente ou facilmente alcançável. Mas, eu deixei aqui a cerejinha no topo do bolo, que é o último benefício, que tem a ver com o IVA. É aqui que é muito interessante. O IVA passa a ter uma taxa reduzida de seis por cento nas empreitadas de realização urbana, tal como definida em diploma específico e realizada em imóveis ou em espaços públicos localizados em ARU, delimitadas nos termos legais. E também a aplicação da taxa reduzida de seis por cento do IVA nas empreitadas de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparações ou conservação de imóveis ou frações autónomas afetos à habitação localizados fora do território da ARU, mas previstos neste trabalho. Ao nível também ainda, não agora dos estatutos de benefícios fiscais, dos impostos nacionais, mas dos incentivos municipais, há aqui também oportunidade, o município, e muito bem, optou associar um conjunto de incentivos municipais que dizem respeito ao município, que é o município que os define e que estão definidos na parte um, taxas e outras receitas municipais do código regulamentar do município de Águeda e fica sempre associado, portanto, dá maior flexibilidade ao município para a cada ano poder alterar ou aumentar o benefício ou diminuir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

benefício consoante também o seu território vai progredindo. E eu dizia apenas o seguinte e sublinhava aqui duas ideias chave para terminar, Sr. Presidente, que era o seguinte, por um lado, como o meu colega referiu, há aqui uma duplicação da área delimitada por áreas de reabilitação urbana com todas as vantagens que lhe estão associadas, o município de Águeda, passa de mil hectares para dois mil hectares. É uma duplicação da área, quer queiramos quer não. Mas depois, como vimos também naqueles mapas, há aqui uma preocupação territorial, de coesão territorial muito importante. Nós tivemos aqui a ouvir atentamente a intervenção do período da ordem do dia e do período público, muito atentamente, e estas questões naturalmente colocam-se em qualquer município do nosso país, das pessoas se preocuparem com a qualidade da água, com o seu cemitério, com o seu lugar, com a sua aldeia, com a sua freguesia. Acho que é saudável e também aqui houve uma preocupação do município de Águeda de levar os benefícios fiscais e a criação de ARUS a todo o território, a todo o território que pudesse assim ser classificado. Portanto, há aqui uma abordagem estratégica dupla, muito positiva. Nós, enquanto técnicos, Sr. Presidente, senhores Vereadores, só temos que nos congratular por isso mesmo. Nós trabalhamos em muitos municípios do país, de norte a sul do país, e não são, posso dizê-lo com toda a segurança, que não são todos ou são poucos os municípios do país que têm a ambição que Águeda demonstra com esta atitude. E, portanto, este trabalho vai agora ser prosseguido com as operações de reabilitação urbana e seguramente vamos ter oportunidade de nos encontrar. Este é o primeiro passo mas é um primeiro passo muito importante para que o concelho fixe pessoas, retenha aqui as pessoas, mas que possa também criar condições para atrair nova população para o concelho. E acho que isso é muito positivo. Muito obrigado e desculpem um bocadinho esta delonga. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Engenheiro Álvaro Santos, pela explicação e também arquiteto Paulo Valença, muito obrigado. Sr. Presidente, ainda assim o senhor pretende também tomar a palavra na introdução do ponto.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Sr. Presidente queria, em primeiro lugar, agradecer aos engenheiros da Agenda Urbana , o Álvaro Santos e o Paulo Valença, que nos deram uma ajuda absolutamente preciosa a desenvolver todo este projeto. Muito obrigado e obrigado pelas palavras. Nós estávamos bem cientes disso, dessa ambição e de querermos ir mais além. E efetivamente tivemos este cuidado de estabelecer este conjunto de oportunidades e eu queria aqui, sobretudo a minha intervenção neste momento era porque eu acho que era importante que daqui saísse esta questão que fosse bem visível e bem notória para as pessoas do nosso concelho, de um tempo de oportunidades nestas áreas urbanas para reabilitação e construção de habitação e de todas as obras que possam fazer nestes espaços. São espaços que, volto a dizer, percorrem o concelho todo, têm regras que nos obrigam e que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

impediram de os estender literalmente ao território todo, porquê? Porque tem que haver continuidade, há aqui regulamentos que nos obrigam a ter um conjunto de continuidade e por isso é que tivemos que ficar exatamente nestas áreas que estão perfeitamente limitadas, mas que estão espalhadas por todo o concelho e eu volto a dizer, neste momento há um conjunto de instrumentos que estão ao dispor tanto do município e naturalmente das autarquias e que são indiscutivelmente um facilitador de algum conjunto de intervenções neste território, mas para os privados é indiscutivelmente um momento de oportunidade e um momento de oportunidade que todos nós ouvimos aqui que vai passar e, portanto, era importante todos nós percebermos, vai passar porque isto tem um prazo temporal, era importante sairmos daqui todos com a noção de que temos aqui benefícios e que são benefícios muito largos e bastante significativos, naturalmente destacaram aí muito a questão do IVA que em vez de ser a vinte e três por cento é seis por cento nas obras que se pretendam fazer, mas depois também há aqui todo um conjunto de incentivos e nomeadamente a isenção de licenças que o município dá e tantas outras coisas que tornam indiscutivelmente uma oportunidade que é importante marcarmos isso como uma oportunidade para todos. Eu acho que são passos efetivos que nós podemos fazer claramente num problema que está perfeitamente identificado e que é grande em Águeda e no país, que é a questão da falta de habitação e nós também reconhecemos e sabemos que temos um conjunto bastante vasto de património que estava destinado sobretudo à habitação. Mas isto aplica-se à habitação e a todas as áreas dos destinos dos vários edifícios que estejam nestas áreas. Na questão concreta da habitação, neste momento há aqui um conjunto de instrumentos ao dispor, e com a estratégia local de habitação e o financiamento, o acordo de financiamento que temos com a ARU, que pode ser aplicado e é acessível a privados, eu diria que estamos neste momento, e volto a dizer, eu acho que é o recado grande que temos que dar daqui, é um tempo de oportunidades que devemos aproveitar maciçamente no nosso concelho. É um conjunto de instrumentos bastante alargado, alargado tanto no âmbito financeiro como no âmbito territorial, e, portanto, mãos à obra. Chegámos aqui a este momento, tudo isto teve que se construir, todos estes mecanismos, este momento aqui hoje eu diria que é bastante importante a aprovação destes conjuntos de incentivos e da definição destas áreas porque, volto a dizer, essa oportunidade fica perfeitamente evidente e à mão de toda a gente e, portanto, vamos aproveitar. Aproveitar e quando digo vamos aproveitar, vamos Águeda, Águeda concelho aproveitar esta oportunidade porque é indiscutivelmente uma oportunidade. Muito obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Introduzido o ponto, portanto, senhores Deputados, inscrições. Sr. Deputado Miguel Oliveira, faça favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar naturalmente agradecer aos convidados a excelente apresentação que aqui foi feita e também saudar o Sr. Presidente da Câmara pela excelente iniciativa que teve de procurar esclarecer melhor quem tivesse menores esclarecimentos sobre este assunto, utilizando esta apresentação com convidados tão qualificados para nos virem esclarecer. Eu era vereador quando se fez a primeira delimitação das ARUS - já agora, deixe-me fazer só esta nota, eu fui vereador durante quatro anos, estão aqui dois outros membros do executivo, o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente e para que fique claro, nunca, em nenhuma reunião, e nós tivemos discussões muito acaloradas, alguém usou vernáculo ou calão. Portanto, para que as pessoas que assistiram a uma intervenção há pouco fiquem esclarecidas, nunca nas reuniões do executivo da Câmara de Águeda, em que eu participei ou a que assisti, alguém, algum dos vereadores, utilizou vernáculo ou calão. Isto para dizer que sempre apoiámos o desenvolvimento deste instrumento, ao fim ao cabo estamos a falar dos instrumentos de ordenamento ou de apoio ao ordenamento, e sempre tivemos a noção de que eles deveriam ser alargados. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara muitas vezes aqui na Assembleia Municipal, já como Presidente da Câmara, falou da necessidade de fazer este alargamento e de levar a outros pontos. Coisa que nós entendemos e sempre apoiámos, como vamos apoiar agora votando favoravelmente. Queria dar uma última nota. Este relatório certamente estará disponível no site, presumo eu, no site da Câmara Municipal, contém informação muito útil sobre a realidade do município e eu aconselhava em particular as pessoas que andaram envolvidas nos processos das desagregações das freguesias a consultarem porque têm dados muito importantes, infelizmente cruz e cruéis sobre o desenvolvimento tanto em termos de número de habitantes como de envelhecimento das populações das nossas freguesias e dos nossos agregados urbanos. É muito rico, muito enriquecedor, permite-nos fazer uma análise àquilo que foi, preparar o que aí vem e, portanto, com mais otimismo vamos daqui convencidos de que temos aqui mais um instrumento que nos vai realmente a todos auxiliar, à parte pública e à parte privada, auxiliar a alicerçar o desenvolvimento do território. Muito obrigado." -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, em relação a este ponto logicamente o Partido Socialista é a favor e agradecemos a apresentação que nos dá a visão do concelho no que tem a ver com a reabilitação. Há vários anos que o Partido Socialista aqui apresenta propostas que têm a ver com o pragmatismo. Aqui é uma questão de IRS, é a questão dos quinhentos euros, é a questão do IMI, da alienação, isto é um bocado mais complexo do que parece para a própria pessoa que tem a sua habitação, que é, por exemplo, no lugar mais degradado de Lamas do Vouga, que é onde eu moro, que é das zonas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mais degradadas do concelho, e que há anos, Sr. Presidente, há anos, que aguarda por uma intervenção camarária, já do tempo quando o senhor fazia parte do Partido Socialista, que foi detetado no centro mesmo de Pedações e que nada foi feito. Nada objetivo, houve um bocado feito pela Junta da Freguesia, está aqui, mas depois não se avançou. E porquê? Estas medidas são excelentes, há outras que o município tem, que também têm o mesmo efeito em termos fiscais, portanto, tudo isto em conjunto é que dá, mas temos sempre que ir mais rápido. Há uma proposta que o Partido Socialista faz há vários anos que é a criação, é uma questão depois regulamentar como é que se pode, que é a criação de equipas da Câmara para as demolições e depois para colocação dos inertes dessas demolições. Aqueles terrenos, Sr. Presidente, já deviam estar limpos há anos. E estando num terreno limpo é meio caminho andado para haver a reconstrução ou a construção ou a realização. Não estando. Há anos. Eu fui candidato já há muitos anos e já estava assim. E temos, portanto, e o senhor até eu sei que é uma pessoa que é objetiva e pragmática, não sei se há enquadramento legal ou não, mas era fundamental nesta medida haver equipa que fizesse a destruição, limpeza de terrenos e guardar os inertes. Muitas vezes o proprietário não sabe ou não tem poder económico sequer para iniciar alguma destas medidas, mas pelo menos o terreno ficaria limpo. Isso podia ser articulado com as Juntas de Freguesia facilmente, os terrenos pelo menos ficavam limpos e estando limpos aí está toda a questão do ambiente que será colocada. Outra questão, não sei se me sabe responder ou não, estamos a falar de há cinco anos, isso foi em 2018, já passaram cinco anos, se tem alguma noção do efeito das medidas que foram tomadas nos últimos cinco anos em relação às reabilitações que existiram nas áreas delimitadas, visto que naquela altura nós apontávamos para uma verba pequena de oitenta milhões de euros, claro dos privados e com alguma parte pública, portanto, é só saber se nesses últimos cinco anos houve, o resto concordo perfeitamente, é uma oportunidade, logicamente uma oportunidade para quem tem dinheiro, o que nem sempre acontece. Portanto, temos que criar uma intervenção social pelo menos na limpeza dos terrenos e na organização dos espaços. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma inscrição para o ponto? Muito bem. Sr. Presidente ainda quer usar da palavra? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Só tentar esclarecer aqui duas ou três coisas. Eu acho que estamos todos perfeitamente alinhados com o efeito positivo deste tipo de instrumentos e dizer que tínhamos as tais vinte e duas ARUS iniciais e que agora foram ampliadas com mais quinze, e que nos faz ter trinta e sete. Uma nota também porque as vinte e duas existentes foram significativamente ampliadas, fomos até ao limite do que poderíamos ir em cada uma delas. Em muitos passos do nosso concelho, eu estou a pensar, por exemplo, na nossa baixa da cidade, o efeito deste tipo de medidas está por demais mais visível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Eu diria que, por exemplo, em sítios como Sernada de Vouga e Pedações, gostaríamos que o efeito tivesse sido maior. Agora, ampliámos as áreas, portanto, reforçámos o conjunto de incentivos, nomeadamente com um conjunto de incentivos municipais ainda mais forte e vamos promover a divulgação no sentido de fazermos com que as pessoas venham. Reparem, estas ORUS, sistemáticas têm aplicabilidade no domínio público e, por exemplo, nós nos centros urbanos das freguesias onde vamos ter financiamentos comunitários estamos a colocar essas ORUS, estamos a fazer as tais ORUS sistemáticas nos centros urbanos das freguesias. Nos outros lugares, porque não era possível irmos a todas e tornaríamos isto ainda muito mais moroso. Isto que aqui está, que parece uma coisa muito simples, é extraordinariamente moroso e complicado. Tudo isto foi palmilhado, tudo isto foi devidamente enquadrado, fundamentado e acreditem que é muito mais fácil de mostrar agora o trabalho feito do que a morosidade e a dificuldade de fazer o trabalho todo ele e enquadrá-lo devidamente. Eu diria que nesses sítios não, reforçar a ideia de que efetivamente em Pedações, que é um exemplo, e falo por exemplo de outros centros urbanos que nós temos, eu estou-me a lembrar da Arrancada, que acho que são visíveis, as pessoas passam no centro da Arrancada e percebem que há ali um casario antigo que nós não gostaríamos de ver edificado. Algumas coisas já estão a mexer também neste âmbito e, no fundo, incentivadas por este tipo de mecanismos, mas efetivamente precisamos de os divulgar, ampliar e fazer claramente aquilo que eu pedi aqui. Passarmos nota de que é uma oportunidade. Nós vamos divulgar, vamos tentar divulgar este tipo de medidas porque as pessoas têm que estar bem presentes que é um tempo de oportunidade, é mais barato, tem um conjunto de benefícios, vale a pena ser agora, porque depois a seguir há de ser sempre mais caro e mais complicado, isto não será eterno. Em Pedações há um conjunto de edifícios velhos que a Junta de Freguesia, em colaboração com a Câmara, demoliu, criou lá equipamentos, adquiriu, a Câmara esteve sempre a financiar também esse tipo de equipamentos e a par sempre das juntas, portanto, o trabalho foi feito pela Junta de Freguesia e pela Câmara, e, naturalmente, não conseguimos ir a todo lado, e não iremos com toda a certeza, porque a Câmara não vai entrar no espaço privado. Nós estamos aqui a criar um conjunto de incentivos para que os privados, proprietários, tenham facilidades. Volto a dizer que há, nomeadamente através da estratégia local de habitação e do contrato de financiamento que nós aqui fizemos com a senhora Secretária de Estado há alguns dias, linhas de financiamento muito dele até a fundo perdido, que é importante que as pessoas procurem e aproveitem essa oportunidade. Estamos a dotar a Câmara de condições para aconselhar as pessoas e ajudar as pessoas neste processo e vamos estender esse processo à Juntas de Freguesia, porque eu é importante nós aproveitarmos esta oportunidade. O Concelho tem demasiadas casas velhas, volto a dizer, que os censos de 2021 apontavam-nos para mais de dois mil e novecentos prédios urbanos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que estão devolutos ou em mau estado e acho que este é um instrumento absolutamente fundamental. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Deputados, estamos em condições de votar o ponto.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal n.º 321/23 de revisão da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de 22 Aglomerados Urbanos do Concelho e do respetivo Quadro de Benefícios Fiscais Associados (ARU existentes) e da Delimitação de novas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para outros 15 Aglomerados Urbanos do Concelho e do respetivo Quadro de Benefícios Fiscais Associados (novas ARU).-----

-----**3.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal n.º 332/23 de aprovação da Minuta do Acordo de Mutação Dominial para a Transferência de Vias de Comunicação para o Domínio Rodoviário Municipal, a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A, no âmbito do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de Novembro;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor, apresente o ponto. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para enquadrar muito rapidamente este processo e dizer-vos o seguinte, é mais um instrumento que nós precisamos e que é muito importante para o desenvolvimento harmonioso do concelho, sem dúvida nenhuma. Estamos a falar da antiga Nacional N.º 1, que depois da construção da variante se mantém no domínio das Estradas de Portugal, do IP-Infraestruturas de Portugal. Parece que é uma coisa despiciente, mas não é. As Infraestruturas de Portugal aplicam um conjunto de regras de estrada nacional que não se aplica a uma via urbana que é aquilo que nós pretendemos fazer desta via. Com um conjunto de dificuldades para todas as pessoas e todas as entidades, todas as empresas que estão junto a esta estrada e que nos cria um conjunto de dificuldades, nomeadamente no desenvolvimento e sobretudo na promoção do território. Lembram-se claramente, bem cientes desta necessidade, que foi a primeiríssima área de descentralização que esta Assembleia votou favoravelmente. Lembram-se todos. Isto aconteceu em 2018, exatamente, na primeiríssima. Só agora é que conseguimos, efetivamente, ter a aprovação de todas estas entidades, isto passou no IP, passou naturalmente no IMT, temos todas as aprovações. Posso-vos dizer que tenho a informação, de que também aquilo que nós vamos votar aqui hoje, passou também no conselho de administração do IP. Ficamos com todas as condições para assinarmos este processo e, naturalmente, ficarmos com uma realidade completamente diferente, porque o município passa a adequar e a adaptar todas as regras de gestão do território a esta estrada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sem esses ónus. E, portanto, eu acho que é absolutamente essencial. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Deputados, inscrições para o ponto? Podemos avançar para a votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal n.º 332/23 de aprovação da minuta do acordo de mutação dominial para a transferência de vias de comunicação para o domínio rodoviário municipal, a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A, no âmbito do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro.-----

-----**3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal n.º 333/23 de aprovação da Minuta do Auto de Transferência n.º ARSC_015/2023, e respetivos anexos, a celebrar entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., e o Município de Águeda, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. No processo de descentralização, nós Município de Águeda, somos, como toda a gente sabe, pioneiros no âmbito da descentralização na área da educação e queríamos dizer que, se por um lado, é uma boa experiência no sentido do melhor serviço e até da melhor organização que indiscutivelmente resulta para as escolas, do ponto de vista financeiro para o município não é favorável. Ou seja, há uma discrepância muito grande entre aquilo que o município recebe por via dessa delegação de competências e aquilo que é chamado a investir. Naturalmente que há, e está prevista em todos estes processos, comissões de acompanhamento que na área da educação não têm funcionado. E essas comissões de acompanhamento iriam adaptar e modificando, de acordo com o andamento, os pressupostos dos acordos assinados. Com base nisso e até porque continuávamos a considerar que havia aqui algumas lacunas neste auto de transferência de competências, o negociámos e só para termos uma noção, a primeira perspetiva de transmissão não chegava a trezentos mil euros, a primeira proposta que nos foi feita de transferência. Neste momento, os valores são significativamente mais altos, mas mesmo assim entendemos que são curtos. Além disso, as competências, ficamos bem cientes de que se limitam indiscutivelmente a que a Câmara fica a pagar um conjunto de contas correntes destes edifícios e naturalmente fica responsável pela sua manutenção e melhoria. Na questão dos recursos humanos da saúde, a competência continua a ser do Ministério da Saúde. Dizer-vos que, entretanto, fui contactado pelo Ministério da Saúde e fui eu e uma série de Presidentes de Câmara que estávamos ainda de alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

forma relutantes e que estávamos teimosamente a querer - teimosamente no bom sentido - prosseguir com estas negociações no sentido de acautelarmos alguns interesses dos nossos municípios e foi-nos chamada à atenção e pedido todo o apoio porque estes acordos tinham uma influência vital na questão da reprogramação do PRR, ou seja, de vir mais dinheiro para Portugal e era absolutamente essencial. Perante pressupostos deste género, passamos à frente, temos o compromisso, foi dito inclusive no discurso, temos o compromisso e a palavra nomeadamente do Sr. Ministro da Saúde, de que neste caso concreto as comissões de acompanhamento vão efetivamente funcionar. Nós não podíamos fazer de outra maneira, portanto, peço que avancemos com este acordo que no nosso caso terá validade a partir do dia 1 de janeiro do próximo ano. E é exemplo do que acontece com alguns municípios aqui nossos vizinhos e do país. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Deputados, intervenção no ponto. Sr. Deputado Miguel Oliveira, Sr. Deputado José Vidal também.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado. Sr. Presidente da Câmara, nós, como é habitual, confiamos naquilo que nos está a dizer e que este foi o melhor acerto possível. Esperemos que as coisas funcionem bem e que, com o tempo, se vá ajustando aquilo que for necessário e naturalmente será essa a sua responsabilidade enquanto representante do município no diálogo com o Ministério e com as entidades de saúde. Esperemos então que, a partir de janeiro, tenhamos já em funcionamento o Conselho Municipal de Saúde, tal como foi aprovado pela Assembleia Municipal, uma proposta apresentada pelo CDS há mais de dois anos, se não estou em erro. Muito obrigado. Apoiamos naturalmente e vamos votar favoravelmente esta proposta.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, logicamente nós iremos apoiar a proposta confiando que foi o melhor possível. Para já endereçar os cumprimentos e o agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara pela posição que teve na questão relativa à introdução de Belazaima na carta de saúde do concelho e também agradecer ao Sr. Presidente da Junta o esforço que fez e que também permitiu, à partida, e agora aí é que se vai pôr a questão, do tal acordo a partir de 2024, à partida que no posto de saúde de Belazaima, existam novamente consultas. Porque depois tem a ver com a orgânica, não sei se me pode dar a explicação, o Sr. Presidente da Câmara é enfermeiro, poderá ter esse conhecimento. Quem é que envia de uma unidade de saúde de Águeda alguém a Belazaima? Tal como o médico que vai a Travassô, ou como o médico que vai a Fermentelos, ou como vai a Aguada ou Barrô. Quem é que, como é que é a orgânica interna? É a coordenadora do centro de saúde que vai decidir isso?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Porque o problema põe-se aí, nós já discutimos esta parte da saúde, já discutimos que ele faz cinco consultas aqui e se lá for também faz cinco consultas, certamente não conseguirá fazer mais, já discutimos que é lógico que aqui tem outro acompanhamento, tem outro enquadramento, mas que aquilo também não é para sempre! É uma manhã, por exemplo, lá, mas que o ter lá um médico só por si, psicologicamente numa população é sentir-se acarinhado e sentir que existe alguma coisa, embora as consultas sejam na mesma só cinco. Agora, se o médico quer estar os cinco dias em Águeda, quem é que o poderá obrigar a ir lá uma manhã? Como é que é feita essa distribuição? Eu não sei, portanto, é uma das coisas que teremos que passar na fase seguinte, depois das estruturas físicas existirem, os médicos são os que há, não há mais, mas ele ao invés de dar consulta os cinco dias aqui pode dar quatro e estar um dia num outro posto de saúde, mas é sempre o mesmo médico? Não, pode ser um médico uma vez, o outro médico no outro posto de saúde, portanto, ele ao fim e ao cabo só sai uma vez por semana daqui. Mas alguma coisa terá que ser feita depois para rentabilizar toda essa dinâmica. Mas logicamente que votaremos a favor. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado José Vidal. Mais alguma inscrição no ponto? Podemos passá-la então à votação. -----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal n.º 333/23 de aprovação da Minuta do Auto de Transferência n.º ARSC_015/2023, e respetivos anexos, a celebrar entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., e o Município de Águeda, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.-----

-----**3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal n.º 347/23 de atribuição de apoio à BIKINNOV – Bike Value Innovation Center – Association, pela definição do valor de venda dos lotes 64 a 68 do Parque Empresarial do Casarão, Águeda;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----”Sr. Presidente, conforme nós já trouxemos em tempo esta proposta e ela foi aprovada, mas foi aprovada com os pressupostos de nos ser indicada a entidade que seria beneficiária do apoio que o município se propõe fazer. A tal entidade está perfeitamente identificada, é a Bikinno, que foi feita no âmbito do pedido que nos foi formulado anteriormente pela ABIMOTA e cumpre todos esses pressupostos. Reiteramos aqui a vontade inequívoca do município participar e apoiar este centro de inovação e tecnologia, que voltamos a dizer, entendemos que é absolutamente capacitante e diferenciador do nosso parque empresarial e , no fundo, da indústria de Águeda e da região e, sobretudo, da indústria ligada às duas rodas. Eu diria que é um ótimo empreendimento que se vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazer aqui em Águeda, que naturalmente acudimos com as duas mãos na vontade de apoiar. A proposta de vendermos, efetivamente, o terreno a dez cêntimos o metro quadrado e de vendê-lo a este preço porquê? Porque não o podemos dar mas, efetivamente, há aqui um benefício bastante grande, um benefício que atinge um montante de mais de duzentos e cinquenta e nove mil euros que a Câmara Municipal está aqui a atribuir. Naturalmente, que estão garantidos um conjunto de pressupostos, no caso de não se cumprir estes requisitos, de devolução desses montantes ou dos terrenos. Eu diria que indiscutivelmente aquilo que está aqui em causa é um apoio claro e inequívoco do município a um empreendimento que é, volto a dizer, altamente diferenciador. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Deputados? Sr. Deputado Miguel Oliveira, Sr. Deputado José Vidal.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente. Este assunto foi discutido na Assembleia de 24 de fevereiro de 2022 e nessa altura o CDS, dizendo que apoiava naturalmente não apenas a declaração de interesse público desta associação, na altura comandada pela ABIMOTA, e também do pedido feito pela ABIMOTA de redução de preço dos lotes do Parque Empresarial que era pedido, deixando claro isto, que apoiávamos as duas coisas, fizemos três propostas de alteração. Uma delas tinha a ver com a necessidade de no acordo ficar explícito que em tudo aquilo que fosse omissa seria seguido o regulamento do Parque Empresarial de Casarão, uma outra que tinha a ver com a forma a como se fazia ou como se referia ao preço e que tinha a ver com o facto de termos aprovado há pouco tempo um regulamento do Parque Empresarial do Casarão à terceira revisão e estarmos a utilizar uma terminologia que não constava no regulamento. E apesar da Assembleia Municipal ter votado com dezoito votos contra essas propostas, a verdade é que essas duas, pelo menos, estão vertidas na nova versão do texto e com isso nos congratulamos. Aquilo que não está vertido na nova versão do texto é a questão do apoio. Eu gostava de lembrar que nos outros casos em que foi declarada o interesse público municipal para, por exemplo, a Triangle's, e foi definido um preço de um euro por metro quadrado, em vez dos quinze euros por metro quadrado, que era o que então era praticado na venda de lotes do Parque Empresarial do Casarão, foi dado aquilo que foi pedido pela instituição. Neste caso, temos um caso *sui generis*, porque a ABIMOTA pedia uma redução, não para um euro mas para cinquenta cêntimos e é o município que diz “não senhora, vocês nem sequer sabem fazer contas, cinquenta cêntimos é demasiado. Nós vamos reduzir-vos tanto o preço que até vamos cinco vezes abaixo disso. São dez cêntimos”. Isto não faz sentido nenhum. Mas tudo bem, como diz o Sr. Presidente é igual. Não é, na realidade há uma certa diferença de preço e de atitude. Mas passemos por cima disso, nós entendemos que é do interesse municipal que esta instituição seja criada e seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

colocada no Parque Empresarial de Casarão tão cedo quanto possível, compreendemos as dificuldades e a necessidade de permitir que haja alguma distância temporal que permita a construção de raiz naqueles terrenos e, portanto, também por aí vem uma certa tolerância e, resumindo, nós vamos votar favoravelmente esta proposta fazendo esta ressalva, continuamos a achar que não é bom nem saudável que a Câmara Municipal venha agir desta forma, pedem-me cinquenta e eu digo, - não senhor, o desconto que vou dar é cinco vezes maior. Até se podia ser usado de outra forma, pedem-me 4 lotes e eu digo: não! Vocês são tolos, vocês não sabem o que é que querem usar. Eu dou-vos vinte, dou-vos cinco vezes mais. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, em relação a este ponto, logicamente o PS é favorável. E já da outra vez tivemos esta intervenção que o deputado Miguel Oliveira teve, achámos totalmente anacrónico que não tenha sido a cinquenta cêntimos. Mas o Sr. Presidente da Câmara achou por bem fazer uma doação de quarenta cêntimos, a uma entidade privada, quando a entidade privada nem sequer o tinha solicitado. Portanto, já da outra vez discutimos isso, nós fomos contra e em relação aqui põe-se só uma questão, que é do procedimento de um apoio público a uma entidade privada no âmbito das leis europeias, neste caso da Comissão Europeia. São duzentos e cinquenta e nove mil euros de apoio público e a questão que se põe é se temos que seguir o procedimento e aguardar a declaração de autorização para que o mesmo seja efetuado no âmbito dos trinta por cento que este projeto pode ser apoiado em âmbito do apoio público ou se basta preencher uma comunicação a dizer “nós demos duzentos e cinquenta e nove mil euros”, embora a lei diga também que em relação à comunicação temos que aguardar autorização da mesma. A pergunta aqui é muito simples, se o senhor Presidente garantir que não é necessária a autorização da Comissão Europeia para o apoio público da autarquia no valor de duzentos e cinquenta e nove mil euros, basta uma simples comunicação, nós votaremos a favor. Se o Sr. Presidente não nos conseguir dar essa garantia nós faremos uma simples abstenção. Portanto, a situação é essa, visto que, à partida naquilo que eu me apercebi da reunião de Câmara, tinha sido também estudada esta situação, e até tinha havido uma proposta de escrever novamente para a Assembleia de uma forma ligeiramente diferente sobre os procedimentos a seguir, mas a nós basta que o Sr. Presidente da Câmara, na sua interpretação, logicamente teve com os apoios jurídicos e dentro desta matéria que eu sou tudo menos especialista, se nos garantir que basta a comunicação nós votaremos a favor. Se tiver essas dúvidas, nós também a teremos e abstermo-nos. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado José Vidal. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente, faça favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----"Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiro, e permitam-me que vá respondendo aos dois na mesma resposta. O município não está a dar quarenta cêntimos de apoio à Bikinno, está a dar no mínimo 15,90 € porque o valor é 16,00 €. São 15,90 € por metro quadrado de apoio. Agora respondendo claramente ao Dr. Miguel Oliveira, o município gostaria de poder contribuir com ele na totalidade. Há uma obrigação legal que temos que fazer uma escritura. E o esforço, claramente, que o município está a fazer não é trazer dos 16,00 € por metro quadrado, preço mínimo, porque como sabem todos os restantes lotes estão obrigados a irem a licitação, mas o preço mínimo de dezasseis euros é trazer dezasseis euros cá para este preço de baixo que poderiam ser os cinquenta cêntimos. Volto a dizer, o município pretende aqui deixar absolutamente claro e inequívoco o apoio que pretende dar a este projeto, que volto a dizer é altamente capacitante para a indústria da Águeda e para Águeda, porque isso acho que ninguém tem dúvidas. Depois relativamente aquilo que o Sr. Deputado José Vidal veio aqui dizer é a legitimidade para fazermos este apoio. É perfeitamente legítimo e está absolutamente enquadrado por causa da questão da inovação, porque não há dúvidas nenhuma que esta associação vai depois prestar serviços e naturalmente poderia aqui interferir com a questão da livre concorrência. E eu diria que o auxílio está perfeitamente compatível através do Regulamento Geral de Isenção por categoria. Portanto, está perfeitamente enquadrado e é legítimo. Como ultrapassa o valor de duzentos mil euros de apoio, e atenção, que se fossem cinquenta cêntimos também ultrapassava, os cinquenta cêntimos, foi a própria ABIMOTA que nos propôs esse preço, também ultrapassava. O município está obrigado a fazer notificação e a esperar pela tal concordância. Está obrigado a comunicar, dar conhecimento e prosseguir. E volto a dizer, a responsabilidade da obrigação é do concedente, portanto, quem tem que comunicar é a Câmara. Se alguém tiver dúvidas, poderemos mandar o enquadramento legal, que já agora a autoridade da concorrência foi devidamente consultada e está absolutamente harmonizada à posição. Não haverá daqui nenhuma influência nos apoios a vir a conceder e indiscutivelmente ultrapassa o valor dos mínimos previstos na lei geral que esses sim estão dispensados da tal comunicação. Muito obrigado Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, faça favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----"Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Presidente da Câmara, muito obrigado por me dar novamente esta oportunidade de vir expor o ridículo da situação. Vem alguém pedir a uma entidade da periferia da administração do Estado um desconto na aquisição de um terreno para fazer um serviço público e diz "em vez de pagar dezasseis euros por metro quadrado, por favor, reduzam-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

me isto porque eu só posso dar, ou entendo que só devo dar, cinquenta cêntimos por metro quadrado” e a resposta que eu obtenho não podia ser mais desconcertante, “não senhor! Nunca! Vocês vão receber é dez cêntimos por metro quadrado”. Isto é completamente absurdo! E muito obrigado, Sr. Presidente em insistir, porque quanto mais insistir mais aqui eu virei dizer, expor isto assim com esta clareza, para os senhores poderem apreciar, e lá em casa também, se isto é natural, se é lógico, se faz alguma espécie de sentido. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** “É só para reiterar e para explicar bem ao Sr. Deputado o ridículo, que aquilo que ele acha ridículo é uma coisa absolutamente clara. É só para lhe dizer o seguinte, efetivamente, vir dali dos dezasseis para os cinquenta, olhe, era difícil, é um valor significativo. Sair dos cinquenta cêntimos para os dez, o município entendeu... e sabe uma coisa? Devia ter sido mesmo um cêntimo. Porque os serviços enganaram-se, não sabiam escrever bem um cêntimo e escreveram dez. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----“Sr. Presidente, há aqui uma forma simples de resolver esse equívoco. Esta Assembleia tem o poder de alterar a proposta que está aqui a ser apreciada. Portanto, Vossa Excelência, se entende que o preço deve ser um cêntimo por metro quadrado, o seu grupo municipal, alguém aí que se levante e venha aqui fazer esta proposta que eu certamente gostarei de a reprovar. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos colocar o ponto à votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal n.º 347/23 de atribuição de apoio à BIKINNOV – Bike Value Innovation Center – Association, pela definição do valor de venda dos lotes 64 a 68 do Parque Empresarial do Casarão, Águeda.-----

-----**3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara municipal n.º 282/23 de alteração do Regulamento da Campanha de apoio ao comércio local “Compre em Águeda”;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, não sei qual dos dois vai tomar a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----“Sr. Presidente, muito obrigado. Trata-se de apresentarmos esta campanha, já em anos anteriores o fizemos, e neste período de Natal, aqui um conjunto de incentivos ao Comércio de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Águeda. Tem sido um programa que de alguma forma iniciámos há alguns anos aqui no município e que vem sendo profusamente copiado em muitos outros municípios do país. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, está apresentado o ponto. Senhores deputados, alguma intervenção no ponto? Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor. -----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia, Sr. Presidente e senhores membros da Câmara Municipal. Bom, antes de mais, esta é uma temática que naturalmente parte do Natal e que acaba por ficar aqui intimamente envolvidos à cabeça o comércio e a quem mais se destina o Natal, às famílias e à cabeça às crianças, permitam-me fazer a introdução assim e perceberão porque é que a faço assim. Este é um programa que segundo pude verificar, é um programa em que as pessoas que comprarem no comércio aderente receberão determinado conjunto de cupões que será com certeza um número de cupões relativo ao preço que pagaram, não é? Portanto, naturalmente quem pagar mais receberá mais cupões e depois os cidadãos aguedenses deverão ir a uma tombola que ficará colocada na cidade, em frente ao posto de turismo, depositar esses cupões, e depois haverá naturalmente um sorteio e a atribuição dos prémios. Segundo pude também consultar, os prémios serão duzentos prémios de cem euros e cinquenta prémios de duzentos euros. E, portanto, antes de mais, o Partido Socialista não é contra esta iniciativa, não acha que esta iniciativa venha prejudicar o comércio de Águeda. Por outro lado, a minha intuição cívica e política não se inclina para achar que seja esta uma forma óbvia da Câmara Municipal apoiar o comércio, apoiar as famílias e apoiar os reis e rainhas do Natal que são as crianças. E, portanto, penso que não precisa de ser, ou pelo menos terá pouco impacto, um modelo de sorteio, mais ou menos ao estilo de jogo de fortuna e azar. Em todo caso, consideramos que esta medida que vai ser implementada pode ainda ser melhorada. Pensamos que nada impede, e poderá até criar uma cultura a partir daí, que sejam colocadas tombolas nas freguesias fora da cidade, eventualmente em coordenação com as juntas de freguesia, nos próprios edifícios das sedes das juntas de freguesia, para que as pessoas das várias freguesias mais rurais das nossas vilas e aldeias notem que esta iniciativa está a acontecer e tenham também uma outra facilidade para depositar esses mesmos cupões e possa até motivar a que mais comércio dessas freguesias possa aderir e que as pessoas também comprem nesse comércio, não é? Porque o Natal não deve ser uma atração de toda a população para comprar apenas no centro da cidade, e sei que não é esse aqui o objetivo, mas disseminar esta iniciativa que poderia, a nosso ver, ser bastante favorável. Por outro lado, talvez se pudesse optar por, em vez de existirem cinquenta prémios de duzentos euros, não existirem esses prémios de duzentos euros e esse valor ser em mais prémios de cem euros. E portanto, em vez de duzentos prémios de cem euros, poderíamos ter trezentos prémios de cem euros. E, portanto, a mais pessoas chegaríamos. Esta iniciativa, naturalmente, acaba por ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um bocadinho enviesada na justiça social que traz, porque naturalmente quem tem mais posses compra prendas mais caras, naturalmente receberá mais cupões, naturalmente tem muito mais probabilidade de vir a receber esta parte do dinheiro público, mas também compreendemos que um sorteio é mesmo assim. Mas esse também é um dos defeitos de um sorteio. E, portanto, sabemos que esta é, no fundo, uma pequena diversão, uma pequena atração, que não trará um grande mal ao mundo, mas parece-nos que não trará um grande bem ao mundo, não vemos um grande efeito útil que aqui possa acontecer e achamos que não é através de medidas destas que apoiamos verdadeiramente e efetivamente e com impacto o comércio, as famílias e as crianças. E faço aqui esta ligação sempre a esta época natalícia. E aproveitamos esta ocasião para recordar, Sr. Presidente da Câmara, uma medida que nós tivemos a ocasião de explicar detalhadamente por ocasião do exercício de direito de oposição em reunião consigo e que tivemos já a ocasião também de referir, pelo menos umas duas vezes, nesta Assembleia Municipal. E gostaríamos mesmo que a Câmara Municipal a considerasse, a analisasse e que, também, se me permite, que a comentasse, que dissesse se acha bem, se acha mal, se gostaria, se rejeita totalmente a medida ou se acha que a medida devia ser feita de outra forma, porque tudo isso estaria para debate e as oposições e o poder, admito, podem também fazer isso. E, portanto, recorto de uma forma muito sintética aquela que é a proposta que nós propusemos e pedimos mesmo à Câmara Municipal que a considere e que dialogue connosco e com a sociedade sobre ela. Porque os números demonstrarão que é uma iniciativa que teria um enorme impacto na vida concreta das famílias, teria um enorme impacto no comércio local de Águeda e teria, de certeza, um grande impacto na fixação de pessoas em Águeda e na sua qualidade de vida. Portanto, a nossa proposta é que, por cada criança nascida em Águeda, seja essa criança titular do direito, através da sua família naturalmente, a gastar mil euros por ano até aos três anos no comércio local de Águeda. Em todo o comércio local de Águeda, de todas as freguesias, naturalmente falamos prioritariamente de bens essenciais, estão aqui em causa bens de puericultura, estão bens farmacêuticos, de higiene, toda uma quantidade de coisas que naturalmente até muitas das pessoas aqui presentes saberão com detalhe que eu não saberei. E, portanto, imaginemos que isto era aplicado, remontando ao ano de 2021, que se não me falha a memória estão registados trezentos e seis nascimentos em Águeda, bom, seriam trezentos e seis mil euros que nesse ano seriam diretamente injetados no comércio local de Águeda. Esse dinheiro não seria gasto nas grandes superfícies, esse dinheiro não seria gasto fora do nosso município. Ora, trezentos mil euros, cerca de trezentos mil euros - e gostaríamos nós que este valor fosse mais por ano, porque nascessem mais crianças em Águeda - e mil euros para uma família, mil euros para bens alimentares, para bens de higiene, para os carrinhos, para uma quantidade de coisas que sabemos que, de facto, a infância é muito cara, é muito cara e com qualidade é mesmo muito cara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acreditamos que mil euros nas famílias teriam um grande impacto na vida dessas famílias. Seria um verdadeiro incentivo a mais natalidade, seria um verdadeiro incentivo a qualidade de vida na primeira infância, seria um grande incentivo aos casais jovens, que são os que têm filhos, e seria um grande incentivo a que mais casais aguedenses cá ficassem, seria um incentivo a que mais pessoas de fora, que tantas nos procuram para trabalhar, possam cá ficar, possam ter outra qualidade de vida cá. E, volto a dizer, se nós tivéssemos cerca de trezentas crianças por ano, esperemos que sejam mais, mas façamos a trezentas, significa que no topo do programa, quando passassem três anos, e já tivéssemos crianças no terceiro ano, no segundo e no primeiro, estariam a ser ejetados entre novecentos, mil euros a um milhão de euros diretamente no comércio local de Águeda, com uma grande melhoria da qualidade de vida das famílias. E, portanto, achamos, francamente, que não há motivo para a Câmara Municipal não considerar esta proposta, achamos que é uma proposta que terá impacto em todas as tipologias de famílias e que, imagine-se, e peço aos senhores comerciantes que pensem no que é que esta iniciativa representaria de apoio real e efetivo. E estas são as verbas, Sr. Presidente, sem prejuízo de outras, naturalmente, do seu trabalho há muita coisa que apoiamos, naturalmente, mas este é aquele dinheiro dos impostos de todos nós que dá mesmo gosto gastar, e não é um gasto, é um grande investimento nas crianças, nas famílias, na fixação de pessoas, na sua qualidade de vida e no nosso comércio. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Gostava de começar pela intervenção do meu colega Paulo Tomaz em relação à questão dos mil euros. Resumir, mil euros, até posso pensar, mas esse, estamos a falar de medidas que deveriam, no caso desta em concreto, reportar ao Estado Central. As medidas apoiam na totalidade estruturantes e essas sim que são medidas boas para propor ao Sr. Primeiro Ministro e levar lá porque ficaríamos todos extremamente contentes se viesse de cima, não só para a Águeda mas para todo o lado, mil euros dado de uma vez por atacado faz-me lembrar aquelas transferências ocasionais que foram feitas agora aqui há pouco tempo, de repente caíam cem euros na conta, distribuía-se... pronto e são medidas que a meu ver terão que vir de outra origem, não serão medidas tão impactantes localmente como aquela que estamos a falar aqui e eu explico porquê, Sr. Deputado. Se nós formos para a questão dos mil euros e circunscrevermos aquilo que seja - e esta é a minha visão, a visão do meu grupo municipal, é a minha, alguns podem partilhar, outros não - mas iríamos circunscrever apenas uma certa franja do comércio tradicional, poderíamos limitar a um tipo de produtos, que podíamos inibir da compra nas grandes superfícies, nos hipermercados, podíamos inibir a compra noutra série de sítios, mas nós também não conseguimos cobrir em termos de comércio tradicional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todas as áreas e todas as valências na maternidade para as crianças e nos primeiros meses de vida, provavelmente não teremos áreas de negócio e em alguns dos casos poderíamos ter apenas um estabelecimento comercial no concelho onde todos fossem comprar um carrinho de bebé ou até outro tipo de equipamentos. Ou nem haveria, portanto, era uma medida extremamente perigosa e que poderia, digamos, canalizar quase toda a totalidade desse apoio para a meia dúzia dos estabelecimentos comerciais. Se nós nos lembramos bem, a medida do Compra em Águeda surgiu numa altura crítica, estamos a falar de Covid, em que as pessoas não andavam na rua ou tinham medo de sair à rua, os estabelecimentos estavam fechados e teve um impacto enorme, se bem se recordam, houve um dos natais, uma das alturas em que praticamente o país estava todo parado e nós conseguimos trazer gente para Águeda e a medida teve um impacto enorme. Pode ser questionável se neste momento ainda se justifica, não justifica, eu acho que todas as medidas que vêm e têm um impacto benéfico e o mais equitativo e distribuído possível acho que serão para manter, devem-se manter porque nós vivemos uma falsa sensação, digamos, de prosperidade. Acho que toda a gente já se apercebeu disso. Nós olhamos aos preços dos combustíveis, olhamos para os preços dos bens essenciais, continuamos a ver os restaurantes cheios mas vivemos numa falsa sensação e o comércio sente-se disso, sente-se porque nós sentimos no preço das matérias primas, quem tem empresas, quem tem estabelecimentos abertos sente isso nas margens de lucro, ao contrário de que todos pensam, e acho que neste momento a continuidade da medida é tão importante quanto foi lá atrás. A questão da tombola do sorteio, são questões funcionais, que algumas delas até posso concordar, se os prémios são de duzentos, de cem, são melhorias ao regulamento, provavelmente para uma próxima versão, e concordo sim que se possam colher algumas ideias e até aplicá-las. Agora, do ponto de vista estruturante para o comércio, pode ser uma medida que não vai salvar ninguém, nem vai trazer nada de extraordinário para o concelho, mas ajuda a manter vivo, ajuda a distribuir alguma riqueza um pouco por todo o concelho, porque se nos lembrarmos de estabelecimentos comerciais que temos em Águeda, quem trabalha lá são pessoas maioritariamente do nosso concelho, tem o seu posto de trabalho, digamos, mais salvaguardado e permite-nos fazer, digamos, economia circular. Portanto, da nossa parte, do nosso Grupo Municipal obviamente que votaremos favoravelmente e também estaremos abertos a colher algumas sugestões para num próximo regulamento podermos também, se calhar, levar ao executivo para o melhorar.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, o Partido Socialista tinha a esperança de que a nossa proposta, que pode naturalmente merecer críticas, ser redimensionada de uma outra forma ou até não ser aplicada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fosse mesmo analisada, fosse refletida sobre ela e depois receber um comentário, que não foi propriamente o que aconteceu agora aqui, não é? Uma tentativa de destruição da nossa proposta, dizendo-se coisas como, tipo, “aquelas transferências, vem tudo de uma vez” e, portanto, eu tenho de explicar a proposta outra vez. Na verdade, este crédito de mil euros que os pais teriam, naturalmente teria de ser gasto de acordo com protocolos feitos, de acordo com o regulamento, poderá ser feito através de um cartão, por exemplo, em que há esse desconto, pode ser feito através da apresentação das faturas, por exemplo, e portanto, não está aqui em causa a transferência para a conta de ninguém de coisa nenhuma. Está em causa a possibilidade de uma criança nascida em Águeda ter direito, durante três anos, a que sejam gastos com ela, para aquilo que ela precisa, mil euros no comércio de Águeda. E também, já agora, permitam-me dizer uma outra convicção que eu tenho e eu sou de esquerda. É de que a procura gera a oferta. E, portanto, se houver muita gente com capacidade económica para comprar fraldas em Águeda, as fraldas vão ser vendidas. Tenho a certeza absoluta. Há o dinheiro, há a oferta, alguém vai vender. E Águeda, e porque temos de acreditar um bocadinho mais no engenho, na capacidade dos nossos empresários e dos nossos comerciantes. As pessoas não deixariam fugir esta oportunidade. E não temos um tecido comercial assim tão débil. E, portanto, eu acredito que a generalidade das coisas de que uma criança precisa neste momento podem ser compradas no nosso município. Dir-me-ão, “ah, mas como só há uma loja ou duas ou três de determinado produto, essas vão ganhar muito dinheiro”. Que é também o objetivo desta medida, é que o comércio, o local de Águeda ganhe muito dinheiro. Quando nós dizemos que esta é uma medida que devia vir do Estado Central, bom, tirando aquilo que a Constituição determina de forma clara, esse argumento pode ser usado para tudo. É um argumento que serve para qualquer proposta, para qualquer medida. Todavia, os municípios tendem a ter políticas que criem atratividade nos seus territórios e que tendem a diferenciar-se do que os outros municípios fazem, também de acordo com aquilo que podem fazer. E se nós todos aqui, e o Partido Socialista, aliás teve na sua origem, de boa parte do que é feito neste momento com mais impacto, se apoiamos a que sejam gastos - se calhar gastaríamos menos, se calhar gastaríamos de outra forma - mas que sejam gastos centenas e centenas de milhares de euros por ano em festas gratuitas, eu admito que seja de considerar de uma forma um pouco mais atenta e não a rejeitar imediatamente tudo que a oposição diga, que de facto esta medida nem sequer tem um pendor ideológico forte. Eu acho que uma pessoa liberal pode apoiar esta medida com grande energia e acho que uma pessoa de esquerda pode apoiar esta medida com grande energia, porque na verdade é dinheiro público, que vai entrar no comércio local, no pequeno comércio, no médio comércio de Águeda, que vai robustecer-se, que vai aumentar a sua oferta, que vai ter atenção a outras coisas, porque neste momento as pessoas vão às grandes superfícies ou vão a Aveiro ou vão a Coimbra, ou vão ao Porto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

muitas vezes, naturalmente e naturalmente isto fará uma grande diferença na primeira infância de centenas de crianças. Esperemos nós que ao fim de anos sejam melhores. E, portanto, se este programa, no máximo, dados de agora, nos levaria a novecentos a um milhão de euros por ano, é um dinheiro que francamente considero muito, muito bem investido. E naquilo que nós podemos fazer, aí como noutras coisas concordo totalmente com o Sr. Presidente da Câmara, nós podemos ir um bocadinho para além do que a lei nos obriga, e não estarmos constantemente a dizer ao Costa “anda cá baixo, fazer o que eu não faço”. Portanto, aqui nós podemos aprovar esta medida e podemos não rejeitar à partida coisas que os outros propõem, porque até fazem um certo sentido, muito francamente. E, portanto, esta é a nossa proposta. Permitam-me comentar uma coisa que eu não comentei anteriormente, é que os cupões pressupõem uma compra mínima de cinquenta euros. De 5 euros, é? Fui mal informado, portanto, muito obrigado, colaboração democrática. Já agora digo também o seguinte, o nosso colega, o deputado Humberto, referiu uma coisa muito importante, esta medida, como outras que o Estado Central também promoveu, refiro-me agora ao sorteio, são medidas que efetivamente são para tentar dar assim uma graça às coisas quando elas estão de rastos. Não é sustentável! Acho mesmo que no futuro, com franqueza, acho que esta medida custa trinta mil euros, mas quer dizer, esses trinta mil euros, na medida que eu estou a propor, são mil euros para trinta crianças. E eu não tenho dúvidas que esses trinta mil euros entrariam no comércio. Portanto, estes trinta mil euros como é que ajudariam mais o comércio? Serem injetados imediatamente no comércio através dos gastos em bens essenciais e nas necessidades de trinta crianças e de trinta famílias ou através do sorteio? É claro, o Partido Socialista usou o sorteio para referir: olha, isto é um bocadinho, não faz bem nem mal, sim senhor, não somos contra, mas ouçam, consideramos que apoiar as famílias, apoiar a infância, apoiar o comércio a sério, de forma robusta, que não seja só uma pequena iniciativa, de forma sustentada e com uma versão até de demografia e de verdadeiro apoio às famílias, achamos que pode ser por aqui. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado senhor deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, aqui só reforçar o que o deputado Paulo Tomaz disse, que para nós, depois de um primeiro ano de experiência deste projeto, um segundo ano de experiência deste projeto, um terceiro ano já deste projeto, depois das disposições que já tomamos, é impossível aprovarmos ou votarmos a favor deste projeto. Porque ele mantém os mesmos erros e de desigualdade e que acentua as desigualdades só com aquela perspetiva de que vamos apoiar o comércio. E acentua a desigualdade em relação logo quando um voucher tem que ser cinquenta euros. Ah o voucher são cinco euros! Pronto, então está correto, desculpem esta parte, os cinco euros é aceitável. Cinco euros é aceitável. Temos depois a questão da discriminação, que é a pessoa de Macinhata que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que ir pôr no centro de saúde, no posto de turismo, ou a pessoa de Fermentelos que tem que vir pôr ao posto de turismo, ou a pessoa de Aveiro que até já se foi embora e que não vem pôr nada. Portanto, isto aqui é uma questão que está sempre igual! Portanto, não tem efeito a não ser as pessoas com mais dinheiro de ganharem mais prémios. Quem gasta mais ganha mais prémios. É uma medida que justifica-se para a pessoa mais rica, a pessoa que mais compras faz. Essa parte é totalmente diferente daquilo que o Partido Socialista apoia ou apoiará de qualquer maneira. E tal como nos outros anos deixámos, desta vez não iremos votar a favor.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção no ponto? Sr. Deputado Humberto Moreira, faça favor.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Para que não ficassem dúvidas, isto não é uma questão ideológica nem é uma questão de esquerda nem de direita, é uma questão de análise pura e dura a uma medida técnica. Portanto, é uma opinião que eu tenho e entendo que os mil euros sectorizariam todo o gasto numa determinada área e deixaríamos de fora uma série de comércio. A florista não tem culpa, o vendedor dos sapatos não tem culpa, quer dizer, isso é uma medida que podia ser uma medida cumulativa, podia ser outra medida que não tem nada a ver com esta, esta é uma medida que eu entendo válida, é só essa a questão. Não há aqui uma questão de ideologia, pode ser de esquerda, direita, nós somos amplamente a favor das medidas, tudo tem a ver com o aumento da natalidade do nosso concelho. Eu encontro aqui uma expressão célebre de um amigo, Miguel, que dizia muitas vezes que tínhamos falta de mulheres em idade fértil no nosso concelho. E nós comungamos com isso. E entendemos também que a vinda de muitos imigrantes, muita gente, temos um fluxo enorme de gente neste momento ao nosso concelho, portanto, tudo isto terá que ser pensado *à la longue*, agora, a questão dos mil euros só por si, isolada, não é uma questão que eu conote nem com esquerda, nem com a direita, nem com a ideologia, não tem nada a ver com isso. Os mil euros isoladamente é uma medida para mim vaga, se tem margem para ser trabalhada, para ser pensada é como tantas outras. Compreendo isso perfeitamente. Miguel, eu falei no teu nome, dei-te a possibilidade de vires cá.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** O Sr. Deputado Miguel, só um minutinho. Eu já o devia ter feito há 5 minutos atrás, porque já ultrapassou a hora prevista em termos regimentais, portanto esta Assembleia tem que deliberar o prolongamento da mesma até há uma hora. Faltam-nos quatro pontos, mas dois deles são tomadas de conhecimento e a precisão informativa, acho que teremos o ensejo de terminar ainda nesta sessão. Portanto, eu vou ter que colocar à votação. Alguém vota contra o prolongamento da mesma até à uma da manhã? Alguém se abstém? É aprovada com maioria, com o voto contra das senhores deputadas do PS.-----

-----Faça favor, Sr. Deputado Miguel Oliveira.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----"Sr. Presidente, eu não tinha intenção nenhuma de intervir neste ponto. Aquilo que tinha a dizer sobre o regulamento disse-o por duas vezes há três anos, quando ele foi feito a primeira vez. Mas agora tenho de responder ao deputado Humberto Moreira que disse que eu tinha dito que o concelho tinha falta de mulheres em idade fértil. Eu nunca disse isso. Provavelmente parafraseou. Aliás, deixe-me dizer-lhe, mulheres em idade fértil é coisa que faz falta em todos os concelhos e em todos os lugares do mundo. Não é um problema particular de Águeda, na minha opinião é um problema infeliz da natureza. Quantas mais houver melhor. Na minha perspetiva é a minha opinião, mas isso é uma questão de opinião. O que eu disse é que o concelho ao longo da década passada teve uma redução acentuada de população e que ela é especialmente preocupante no que respeita à população feminina em idade fértil. E isto porquê? Porque acompanha também uma redução da taxa de natalidade. Se nós já temos uma redução da taxa de natalidade e ainda por cima há um desaparecimento do concelho - elas não desapareceram do mundo! Elas foram é para outros sítios e nós temos de perceber a razão porquê. E é fácil de perceber. É que são mulheres cada vez mais qualificadas e que se calhar não encontram no nosso concelho a oferta de vida que pretendem para elas e, portanto, vão para outros sítios. E começando a combater estas causas, nós fixamos não só aquelas pessoas que temos, mas conseguimos trazer para cá mais pessoas. Era só isto."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, senhor Deputado. Julgo que terminou as intervenções. Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, vou lhe pedir para que o Dr. Edson tire algumas dúvidas relativamente a esta medida, penso que o mais essencial desta questão. Muito obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente, por favor.-----

-----**Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente:** -----

-----"Boa noite a todos. Não há medidas completamente justas. Aquela que apresenta também tem uma medida, a meu ver, um ponto um pouco negativo. Se íamos dar mil euros àquelas famílias, o que poderiam? Eu não sou técnico, mas se não quer comentário eu não faço comentários. Tem razão, a sua proposta não merece qualquer tipo de comentário da minha parte e, portanto, isto é uma proposta para fomentar o comércio tradicional, é esta proposta, os nossos comerciantes têm e querem cada vez mais que atividades destas sejam implementadas, como o AgitÁgueda, a Festa de Natal, que são festas, que muitas vezes para o PS foram aqui indicadas como sendo festas, mas nós estamos neste caminho ao lado dos nossos comerciantes e sentimos que os comerciantes querem que estas iniciativas se mantenham. Além destas, temos o Resíduos com Valor. São medidas que temos vindo a implementar ao longo destes anos e que têm tido uma repercussão no comércio tradicional. Ao contrário de algumas propostas que vêm aqui, que é dar mil euros, esta tem o efeito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

multiplicador. As pessoas para terem direito a trinta mil euros de prémios têm que gastar três ou quatro vezes mais. Estamos a falar aqui de um gasto ou de uma circulação na área económica do nosso comércio que é multiplicador. Portanto, com trinta mil euros sentimos e sabemos que o comércio tradicional de Águeda vai receber ou vai multiplicar esse valor muitas vezes. É uma medida que tem tido sucesso, os comerciantes pedem-nos que continuemos a fazê-la, cá estamos nós a continuar a fazer, uma medida que nasceu ou teve início, como disseram aqui, no Covid e estamos aqui a adaptar. É só isso. Estamos a fazer algumas melhorias porque esta proposta tem algumas melhorias que foram propostas pelos próprios comerciantes e que nós acatamos e estamos aqui a propô-las. É só isto.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Vice-Presidente, às vezes convém corrigir, não é ficar no ar, esclarecer. O PS chama festas, não, o PS sempre defendeu o AgitÁgueda, é diferente. E há pessoas do PS, por acaso o líder parlamentar do PS, escreveu um ano, dois anos, três anos, até lhe chamou o evento da liberdade. Está escrito! E posso ter mudado de opinião agora, logicamente, com os anos uma pessoa vai mudando, aperfeiçoando outras coisas. Está escrito, a essência está escrita. Portanto, essa de que o PS blá, blá, blá e é contra as festas... não! Não podemos é gastar em eventos dois milhões e meio de euros por ano. Podemos porque temos dinheiro, mas se temos dinheiro para isso, então temos dinheiro, novecentos mil euros por ano para apoiar a natalidade de uma forma fulcral, radical e mais! Temos três milhões de euros por ano, ou quatro milhões de euros por ano, para fazer uma estratégia de habitação e não andarmos aqui só com estas medidas fiscais 0,6 e de vales de quinhentos euros para quem gasta mil e quinhentos em obras. Não! O PS apoiou isso, o PS veio aqui dizer nas estratégias de habitação para gastarmos três milhões, para rasgar, para criar. A Câmara tem dinheiro? Por acaso tem. E isso deve-se ao excelente trabalho que nessas áreas, com as receitas também todas do IMI e o aumento de receita exponencial que houve, nessa área o trabalho que a Câmara tem feito na sua gestão. É uma questão só de opções. Eu só digo que este programa do mais não é preciso dizer muitas vezes: os comerciantes querem, os comerciantes querem. Quais comerciantes querem? O senhor de Macinhata quer isto quantas vezes? Não, há erros neste projeto que pode ser melhorado. E sabe que o pode e até facilmente altera umas coisas e muda e acaba com os duzentos euros e duplica os de cem, há pequeninas coisas que podem ser melhoradas. Faz mal à saúde? Não, olha, é uma feridazita, é uma coisa. Pronto, faz bem. Multiplica? Alguma coisa há de fazer. Tal como todas as pequenas ações no âmbito dos financeiros e de impostos que a Câmara, e bem, tem posto. Todas elas contribuem em conjunto para fixar mais pessoas em Águeda, ter mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coisas. O resto são opções, porque nós já dissemos que oitenta por cento ou mais nós concordamos com as ações da Câmara. Acharmos que vocês fazem um bom trabalho. É o normal. Isso está estudado, é assim que vocês fazem, só se não o fizessem. Discordamos em dois ou três por cento de coisas fortemente ou deem opções. Portanto, neste caso, o nosso voto só não será favorável porque o processo é o mesmo, não houve o mínimo de correções, houve só uma replicação da do ano anterior. Portanto, não houve invenção de mais nada. Agora, eu não vou votar contra a esse projeto. Nem vamos dizer que o PS está contra o AgitÁgueda. É contra o AgitÁgueda? Não. Pode ter é pressupostos de alterações de modelos ou não sei quê. Está contra o Pai Natal. Sim, poderemos ter agora situações de alterações do Pai Natal, não sei quê. Agora, estar contra? Não, desculpe, não. É que às vezes ouço aqui falar, “o PS antes...”, o PS antes tomou posições já da habitação, está escrito! Ainda bem que há atas aqui escritas. Eu muitas vezes era o líder do PS, fui contra o PS nessa altura. Contra, não é contra, opiniões diferentes, é o normal. Portanto, não vamos deixar que isso se pegue. Nós não somos contra nada de especial, pontualmente apresentamos propostas, algumas não são aceites, aliás, a maioria não será aceita. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, senhor Deputado. Presumo que não haja mais nenhuma intervenção. Vamos colocar então o ponto à votação. -----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com onze abstenções, sete do grupo municipal do PS e quatro do grupo municipal do CDS-PP, a proposta da Câmara municipal n.º 282/23 de alteração do Regulamento da Campanha de apoio ao comércio local “Compre em Águeda”.-----

-----**3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal n.º 349/23 de atribuição de apoio às Uniãos de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, e do Préstimo e Macieira de Alcoba, e às Juntas de Freguesia de Macinhata do Vouga e de Valongo do Vouga, para assegurar o funcionamento das Unidades Locais de Protecção Civil e o pagamento dos seguros de acidentes pessoais dos voluntários que integram as respetivas equipas;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer tomar a palavra no ponto?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, sim. Reiterar que tem vindo a ser uma prática habitual. Penso que foi a primeira vez que juntamos os dois processos, o do seguro de acidentes pessoais com o apoio propriamente dito às associações, digno de registo suplementar. Dar nota de que há muito poucos dias tivemos aqui uma delegação internacional que visitou o sistema de proteção civil de Águeda e que alguns de nós podemos acompanhar e uma das particularidades que temos no nosso sistema de proteção civil, quando fez parar efetivamente com mais atenção, parar entre aspas, com mais atenção de todos os nossos visitantes, foi exatamente este sistema das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

unidades locais de proteção civil, a forma como elas estão enquadradas e efetivamente aquilo que elas representam para o dispositivo que nós temos de proteção civil do concelho. Eu queria aqui deixar bem expresso que o conjunto de voluntários e o conjunto de meios técnicos e equipamentos que temos ao dispor nestas unidades locais de proteção civil, eu diria que são mais capacitados, sobretudo para combate a incêndios florestais, do que muitas corporações de bombeiros do país. Tudo isto é suplementar relativamente aos nossos bombeiros, que também eles já são uma das maiores corporações, sobretudo do distrito Aveiro e eu volto a dizer que estas unidades locais dão resposta a um conjunto de pessoas que se voluntariam e que já não tinham, na sua grande maioria, condições para virem a ser bombeiros. Em tempos críticos, naturalmente como acontece em algumas situações que ciclicamente nos vão aparecendo a todos e que acontecem um pouco por todo o lado, este tipo de voluntariado não pode de maneira nenhuma ser dispensado e, deixo aqui a minha homenagem a todos eles. Este apoio é naturalmente proposto com a intenção e a certeza de que é, indiscutivelmente, uma boa medida. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.---

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----”Muito rapidamente, relativamente ao texto e aos documentos não me vou alargar, apenas alertar aqui para uma situação ao Executivo Municipal mais relacionada com o direito. O que está aqui em causa é o seguro de acidentes pessoais, que têm trazido graves problemas por este país fora, em situações de bombeiros, de agentes da proteção civil que têm acidentes em serviço. E aquilo que nós temos e que está a ser feito, está a ser feito incorretamente. O que estes homens têm que ter são acidentes de trabalho porque depois as compensações, as indemnizações, os apoios na saúde, há aqui um conjunto de situações que depois saem fora do cabimento da comparticipação e que eu peço ao Sr. Presidente que aprecie isto ou que peça ao Serviço Jurídico para apreciar isto com substância porque nós cumprimos em certa medida a lei porque eles são assegurados mas depois, quando a situação corre menos bem têm acontecido aqui situações muito complexas. Basta pensar, por exemplo, neste bombeiro que sobreviveu em Pedrógão, que está com uma pensão de duzentos e qualquer coisa euros que é qualquer coisa no mínimo execrável. Muito obrigado. Relativamente ao resto, obviamente que reitero este apoio e esta linha de incremento da proteção civil no município, obviamente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, da última vez que falámos aqui na Proteção Civil, verificámos que não estava a ser cumprida a parte regulamentar nas reuniões e nos assuntos tratados no âmbito do Conselho Municipal de Proteção Civil. Portanto, alertar só para essa necessidade. Outra situação em relação à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Proteção Civil, e eu posso estar a dizer uma grande asneira mas é o que eu ouço e que vejo, portanto, eu ponho aqui a questão, é que a Câmara, e bem, apoia estas unidades, apoia os nossos bombeiros, basta ver as verbas que todos os anos se põem, temos unidades por todo o lado. A parte técnica não discuto. Não discuto a parte técnica, isso é com o comando dos bombeiros, mas como sou uma pessoa que dá opiniões e acha, acho muito estranho que em alturas de verão, os bombeiros em Águeda temos duas equipas ou três, agora temos duas equipas permanentes, não é? Estejam sabem onde? No quartel de Águeda. Para chegar a Serém do quartel de Águeda é não sei quanto, para chegar a Barrô do quartel de Águeda é não sei quanto, quando as equipas deveriam ter um sistema, quanto a mim, lógico de estarem nas zonas de floresta durante o dia em vez de estarem resguardadas no quartel de Águeda. Portanto, é só uma sugestão, posso estar a dizer uma grande asneira mas os fogos são em Serém e não dentro de Águeda, no verão, mas isso é só uma sugestão. O que é que eu não ouço falar, mas certamente que o Sr. Presidente até o faz e há de haver aí é na prevenção. Só ouço falar em apagar fogos, em voluntários e apagar fogos e grandes carros e amarelos e verdes e coisas e fardas que eles gastam e desgastam, é verdade, mas não sei, e certamente que há, quantas equipas permanentes há de prevenção e de limpeza de terrenos e estratégicas. Essa parte interessava. Certamente que haverá, agora, não sei se estará o esforço da Câmara, se poderá fazer mais alguma coisa, só para chamar a atenção, se puder, é aí na limpeza, na obrigação, na reorganização da floresta, na abertura de aceiros, tem que haver qualquer coisa, porque isto com as alterações climáticas os eventos serão sempre cada vez mais violentos e nós teremos equipas que estarão preparadas para ir lá nesse momento. O problema é tentar antecipar que esse momento não seja tão grave. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias Préstimo e Mecieira de Alcôba, Pedro Vidal.-----

-----**Presidente da Junta da União de Freguesias Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro Vidal:**-----

-----”Boa noite a todos. Zé, se me permites, não tires o brilho deste ponto. Durante anos vim aqui pedir que a minha União de Freguesias fosse incorporada nesta unidade local, quero agradecer e quero dizer que estamos preparados, que ao longo dos últimos catorze anos sempre estivemos onde tínhamos que estar, nos fogos, não só na minha União de Freguesias, quem nos conhece sabe que a nossa equipe, a equipe da União de Freguesias do Préstimo e Maceira da Alcôba já passou por boa parte das freguesias do nosso concelho, já fomos inclusivamente a concelhos vizinhos. Quero também aproveitar para dar os parabéns a Macinhata, também, com mais uma unidade local a juntar-se a Valongo do Vouga e a unidade local que eu considero de excelência, já pude dizer isso algumas vezes ao Sr. Vereador Vasco Oliveira, também enquanto presidente da União de Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão e agora o António Martins, que é a unidade local de Belazaima,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Castanheira e Agadão. Portanto, para nós, Junta de Freguesia, é muito importante sabermos que os nossos homens que agora entram para combater os fogos estão assegurados. Para nós, Junta de Freguesia, tira-nos também de cima uma parte, sobretudo que tem a ver com os custos que agora vamos ser também apoiados, vamos estar sobre o chapéu de um comando central, sobretudo para quem é voluntário, para quem não faz vida é muito importante, sobretudo a nível de segurança e tenho certeza que esta inclusão de mais duas unidades locais de proteção civil que a população do nosso concelho daqui para frente estará muito melhor segura e, portanto, finalmente agora é de vez. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Vidal. Mais alguém quer intervir no ponto? Sr. Presidente, tem a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----“Muito rapidamente, só para esclarecer, por um lado, agradecer e não concordar mas de alguma forma anuir ao que o deputado Jorge Melo aqui disse. Eu queria aqui expressar um lamento e é um lamento. Nós desde há muitos, muitos anos e com múltiplos governos que temos vindo a tentar equiparar estes voluntários e lhes seja reconhecido o tipo de atividade, para que tenham um tipo de cobertura mais próximo dos bombeiros. Eu sei que os bombeiros é curto, mas há aqui integrações que têm que ver com outras questões porque indiscutivelmente é voluntariado aquilo que nós aqui temos. E volto a dizer, não existe no país nada com a expressão do que nós aqui temos. É um caso único no país e por isso é que pararam com muita atenção a olhar para o que nós temos com uma dimensão. Há aí outras associações de proteção civil, nomeadamente nas Talhadas, em Avelãs de Cima, mas a dimensão não tem nada que ver e até o próprio enquadramento jurídico também não. E, portanto, esta questão, nomeadamente da instalação das unidades locais de proteção civil foi já num governo anterior que se procurou encontrar um chapéu que minimizasse essa diferenciação e, de alguma forma, permitisse que nós pudéssemos ter algum tipo de cobertura e estes voluntários não estarem completamente desprotegidos, que isso efetivamente é que seria bem pior. Diria que vamos continuar, e eu estou aqui a olhar para o Sr. Vereador Vasco Oliveira porque foi meu companheiro nessa luta e outros Presidentes que também já não são, em que lutámos e nos abeirámos de muitos membros do Governo. Quando explicamos havia um entusiasmo fantástico, mas depois havia aqui uma outra coisa que tinha que ver com interesses de terceiros, que não dos membros do governo, indiscutivelmente, mas que faziam com que refreassem um bocadinho esta questão, porque também há interesses cooperativos nesta matéria, não vale a pena. Dizer-vos que vamos continuar a lutar para que haja uma maior aproximação e, sobretudo, um reconhecimento maior para este tipo de voluntários, sendo certo que volto a dizer que neste momento é um modelo que já começa a ser apontado, porque assim como há falta de mulheres em idade fértil, também há falta de bombeiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

voluntários. Eu não sei se as pessoas têm noção disso, que o número de membros ativos dos corpos de bombeiros de todo o país, e atenção, nas zonas do interior é aflitivo, está extraordinariamente debilitado. Nós temos aqui um instrumento que pode e deve ser repercutido noutras áreas do país. Um esclarecimento ao Sr. Deputado José Vidal, nós temos tudo isso. O quartel, está aqui a Maura que conhece isto melhor que as mãos de qualquer um de nós, o quartel de Águeda é um quartel central para dispositivo de combate aos incêndios e tem aqui inclusivamente um conjunto de meios que estão no quartel de Águeda e no conjunto de outras corporações, agora amputados daquela parte norte do distrito dos bombeiros da Mealhada e da Pampilhosa por causa desta nova alteração legislativa, que me parece que neste capítulo não veio melhorar grande coisa. Agora os bombeiros são os das corporações da CIM, o que quer dizer que nós continuamos a ter aqui Ovar e a Murtosa, mas, por exemplo, os bombeiros da Feira, de Esmoriz e que costumavam estar aqui, deixaram de estar tanto. Já não estão. E também a Pampilhosa e a Mealhada. E isto é apontado como uma situação crítica pelos bombeiros e, nomeadamente, os bombeiros nos seus órgãos nacionais. Por vezes mexe-se e, se calhar, não se mexe completamente no bom sentido. Mas, de qualquer modo, o quartel de Águeda, até por causa da mancha florestal que nós temos está aqui e é um dispositivo que funciona para a Águeda e para outros lados. Mas atenção! No terreno nós temos meios posicionados. Há um trabalho fantástico que é feito pelo Gabinete Técnico Florestal em coordenação com a Proteção Civil, e nomeadamente com os Corpos de Bombeiros e o DECIR, o Dispositivo de Combate a Incêndios Rurais, que faz o Plano Operacional Municipal. E depois, de acordo com os níveis de alertas, nós dispomos permanentemente durante o verão de meios pré-posicionados que nós naturalmente não vemos porque eles estão na floresta. Temos uma cobertura absolutamente fantástica do nosso território, para numa primeira intervenção estarmos mais próximos. Agora, estes meios mais musculados nós não sabemos como vai acontecer. Se eu os levar para Macieira de Alcôba eles vão ter alguma dificuldade em chegar rapidamente à ponta de Agadão. E, portanto, aqui, a partir de Águeda, é mais rápido isso acontecer. E era só para tomarmos uma nota muito importante relativamente a esta matéria, perdoem-me mas deixem-me também aproveitar esta oportunidade de percebermos todo o dispositivo que temos enquadrado e esta questão do comando único que o Presidente Pedro Vidal aqui disse e que precisamos todos de reforçar. Todas estas unidades locais de proteção civil estão bem cientes de que têm que obter um comando único que é dos bombeiros. Ou seja, quando se apresentam, assumem missão e estão. Uma coisa que eu acho que é notável e que somos dos pouquíssimos municípios que têm a este nível, é o Rádio SIRESP que temos integrados e que neste ano há passos significativos porque permite que a banda em que nós trabalhamos com as unidades locais de proteção civil esteja nos mesmos equipamentos do comando dos bombeiros. Isto é um ganho tremendo por uma razão muito simples, é o nós sabermos quem está onde está e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sabermos exatamente o que está a acontecer, sobretudo para a segurança de cada um destes voluntários. Volto a dizer, estou absolutamente ciente que é uma ótima medida aquilo que nós estamos aqui a fazer e naturalmente merecem todo o apoio. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Jorge Melo.-----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----”Muito rapidamente, não me queria alongar e por isso é que não falei na primeira intervenção, já que o Sr. Presidente falou em meios e em tecnologia e SIRESP e afins. Sr. Presidente, queria-lhe sugerir algo que é vital, é uma ferramenta absolutamente imprescindível que se está a utilizar e que está a dar provas excecionais noutros distritos, noutras CIMs, noutras zonas do país, que é a videovigilância. A videovigilância da floresta provoca a deteção do foco de incêndio no imediato, com localização exata e com a possibilidade de os órgãos decisores no imediato *in loco* em tempo real acionarem os meios adequados para a situação. Sem esta ferramenta aquilo que está a acontecer, em termos práticos, há aqui um acionamento, não vou entrar nessas precisões, mas há um acionamento de meios e com o primeiro ponto de situação é que depois se vão despoletar os restantes meios a caminho. Ora, isto às vezes, temos aqui atos de tempo de vinte, trinta, se olharmos para Macieira da Alcôba estamos a falar de quarenta minutos nalgumas situações depois desses pontos de situação. Floresta com tudo aquilo que nós conhecemos neste momento, trinta, quarenta minutos a arder, quando temos esse mesmo ponto de situação, quando vamos, pode ir a cavalaria toda, perdoem-me a expressão, já é tarde demais. Portanto, eu sei que a Câmara Municipal não terá, se calhar, capacidade para o fazer sozinha, mas talvez junto da CIRA o Sr. Presidente faça pressão para que isto seja algo a pensar e a pensar num curto espaço de tempo que é efetivamente uma ferramenta imprescindível. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado senhor Deputado. Sr. Deputado António Mascarenhas, por favor.-----

-----**António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

-----”Eu não era para falar neste ponto, mas como isto tomou um rumo que acho que era importante nós termos conhecimento, até porque eu integrei uma das unidades locais de proteção civil, fui eu que lhes dei formação, fui eu que os ajudei na organização e, portanto, estive lá, não só em Águeda como em Talhadas, que aqui foi referido, e outros concelhos, também dou formação aos bombeiros e à proteção civil nessa área. Unidades locais de proteção civil existem mais concelhos por este país fora. Efetivamente aqui estamos a falar em aspetos de organização legal mas, por exemplo, posso dizer que a unidade local de proteção civil de Talhadas todos têm o curso de bombeiro. Portanto, o enquadramento é outro, sim, efetivamente não tem nada uma coisa a ver com outra. E muito espantado fiquei na festa do leitão, em que o Serviço Municipal de Proteção Civil é apoiado por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

professores. Faz sentido? Temos algumas unidades locais de proteção civil e temos os professores a cortar estrada? Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente, em face destas últimas intervenções quer usar da palavra?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** “Podemos seguir. Naturalmente, eu já percebi que há aqui questões operacionais que podemos ver. O deputado Mascarenhas penso que fez formação aqui há uns anos em Valongo, eu diria que de lá para cá a unidade já melhorou muito. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Podemos então colocar à votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal n.º 349/23 de atribuição de apoio às Uniões de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, e do Préstimo e Macieira de Alcoba, e às Juntas de Freguesia de Macinhata do Vouga e de Valongo do Vouga, para assegurar o funcionamento das Unidades Locais de Protecção Civil e o pagamento dos seguros de acidentes pessoais dos voluntários que integram as respetivas equipas.-----

-----**3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal n.º 301/23 de aceitação de candidatura fora do prazo para atribuição de apoio à União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para realização do Evento “Feira do Mundo Rural 2023”;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira faz este pedido de comparticipação que está instituído, fora de prazo e, por isso este pedido de aceitação e de aprovação do valor. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem Sr. Presidente. Senhores Deputados. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, isto é um assunto que nós já trouxemos várias vezes aqui a esta Assembleia. Não se justifica, ainda há bocado eu falei aqui de um aumento de um apoio de sessenta por cento. Este apoio, se bem me lembro, já nem me lembro de quando é que começámos. Estes quarenta mil euros já são de há anos, nunca houve inflação nenhuma. Portanto, a nossa primeira proposta é que o Partido Socialista irá propor aos nossos vereadores e nem é preciso propor, proponho já e certamente que a Câmara estudará as melhores maneiras de alterar o regulamento dos apoios, duplicar no mínimo os apoios para este tipo de eventos. E mais! Deve ter em consideração as alterações e os eventos que realizam. É diferente apoiar um evento de um dia, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um evento que dura dez dias, ou apoiar no percentual de três mil e seiscentos euros para um evento de dois dias, ou os três mil e seiscentos euros para um evento de dez dias, um evento que tem doze mil euros ganha os três mil e seiscentos, um evento que tem oitenta mil euros ganha os três mil e seiscentos. Não tem ponta por onde se pegue, é uma coisa que foi muito antiga numa determinada época e que se mantém, falou-se aqui uma vez ou outra, e que se mantém há, sei lá, sete, oito anos, nove anos, que se mantém a questão dos três mil e seiscentos euros. Portanto, a nossa primeira proposta é que esteja isto em atenção, pelo menos uma duplicação desse valor, seja feito um novo regulamento, que tenha em atenção a dimensão dos eventos e o impacto dos eventos. E em relação a esta proposta, logicamente que iremos votar a favor, mas temos que chamar atenção. É-nos apresentado na proposta um relatório e verificámos que nos relatórios subsequentes, por exemplo, no relatório de 2022, há uma previsão de despesas, quando há a candidatura, e são apresentadas depois as despesas. E vejam bem que neste ano, em 2022, são apresentadas despesas de organização da Feira do Mundo Rural dois mil e quatrocentos e oitenta e sete, quase dois mil e quinhentos euros em gasóleo, dava para um carro que gasta dez litros aos cem andar doze mil quilómetros, doze mil e quinhentos quilómetros para organizar a Feira do Mundo Rural. Ora, isto ninguém acredita. Ninguém acredita nesta verba, deve ser a verba toda da junta que foi gasta no ano anterior e que foi posta aqui. Tal como aparecem receitas. Aparece mil e seiscentos euros de receitas dos cinco euros por causa do cicloturismo. Mas mais nenhuma receita. A publicidade toda nos cartazes ninguém pagou nada. Os expositores que lá estiveram ninguém pagou nada. Alguém acredita nisto? Portanto, estar a pôr nos papéis só por pôr nos papéis e entregarem-nos isto, isto não tem lógica nenhuma. Este ano já melhorou qualquer coisa mas continuamos com valores que não têm nada a ver com aquilo que efetivamente se passou e que, por exemplo, até são totalmente diferentes daqueles que vão para a semana, ou esta semana, ou para a semana à Assembleia de Freguesia, em que há uma receita de vinte e quatro mil euros e há uma despesa de vinte e dois mil euros, correta ou não correta, é aquilo que a Junta irá apresentar na Assembleia de Freguesia. Portanto, preencher papéis só por preencher papéis então mais vale estarmos dispensados, também por três mil e seiscentos euros nem vale a pena quase preencher os papéis, mas pronto, eles serão obrigados, temos que ter algum cuidado e temos que criar um novo regulamento, facilitar o acesso, avisar os senhores presidentes junta ou quem organiza as festas, fazer aquilo o mais rapidamente possível, duplicar o valor no mínimo e ter atenção a dimensão, o impacto e a realização. Portanto, é o que nos cabe dizer sobre isto e brevemente, no âmbito do orçamento para o próximo ano, que seja aprovada outro tipo de apoios a este tipo de eventos. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----"Muito obrigado Sr. Presidente. Eu concordo com a proposta feita pelo Sr. Deputado José Vidal, porquê? Vamos lá recordar o percurso disto. Até 2015, se não estou em erro, aquilo que havia era o direito das freguesias neste género de festividades, de realizações, terem uma comparticipação um apoio do município até dois mil euros. Fez-se a reorganização administrativa e por proposta do CDS, aliás na altura, pela voz do Sr. Presidente de Junta Pedro Vidal, entendeu-se o seguinte, o número de freguesias tinha de passar de vinte para onze, manter-se-ia o valor da verba, do total, que seriam quarenta mil euros, e seria repartida por todos. Foi feita esta proposta e ela acabou por ter vencimento na Assembleia Municipal e ser aprovada. É evidente que nós estamos noutro tempo, entretanto, houve uma evolução grande, passaram quase dez anos e temos um problema sério de inflação, portanto, atendendo a isto tudo eu acho que seria importante o executivo rever este assunto, naturalmente em concerto com os senhores presidentes das Juntas de Freguesia, e no próximo ano procedermos a uma revisão do regulamento neste aspeto. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente da Junta Préstimo.-----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro Vidal:** -----

-----"Sobre este assunto, o que eu quero falar aqui hoje foi algo que eu já falei lá atrás. Ora, nós temos três mil e seiscentos euros, no máximo três mil e seiscentos euros, ou seja, cada junta de freguesia para atingir o apoio de três mil e seiscentos euros tem que gastar doze mil euros, mas há muitas juntas de freguesia no nosso concelho que não vão gastar estes três mil e seiscentos euros. E talvez seja o caso da minha junta de freguesia, entre outras. Lá atrás eu já fui buscar os três mil e seiscentos e tive que gastar doze mil euros. O que eu proponho à Câmara Municipal é que tente fazer a distribuição do valor que não vai ser gasto por aquelas juntas de freguesia que não vão receber os três mil e seiscentos euros, que faça esse rateio pelas freguesias que efetivamente gastaram na organização desses eventos porque para a Câmara Municipal é igual, o valor ele está cabimentado, quem gastou, quem não gastou não gastou. Mas que fizesse o rateio então deste valor, porque a Câmara Municipal não sai prejudicada e as freguesias que fizeram os eventos, saíam beneficiadas."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Faz favor, Sr. Presidente da Junta de Travassô e Óis da Ribeira.-----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira, Sérgio Neves:** -----

-----"Boa noite a todos. Sr. Presidente de Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, meus colegas. Eu não tinha a intenção de vir aqui mas depois de intervenção do Sr. Deputado José Vidal, cumpre-me informar, porque o senhor levanta aqui um conjunto de situações sobre a Feira do Mundo Rural e é minha competência e obrigação vir cá esclarecê-lo. Primeiro, o gasóleo que aparece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

referente à primeira edição do mundo rural é aos dois geradores que tiveram a dar alimentação ao evento. Geradores esses que de uma capacidade de cento e cinquenta kVA's cada um, portanto não é os doze mil quilómetros que o senhor fala de carro feito pelos carros da junta porque as contas do gasóleo da junta estão expressas nas contas, mas sim para conseguirmos alimentar o evento durante os quatro dias temos esse custo efetivamente porque, só para ter uma noção, o senhor nunca esteve numa junta, mas para ter a noção que depois a realidade é diferente daquilo que por vezes vimos aqui dizer, para termos uma baixada para um evento daqueles, naquele sítio, custa cerca de vinte mil euros. E, portanto, temos que recorrer a geradores para conseguir fazer ali naquele espaço, como este ano, conseguimos encontrar uma solução com o apoio da Câmara Municipal, uma solução que nos ficou largamente mais económica. Para lhe dizer também que sobre a receita que o senhor fala dos mil e seiscentos euros e que não sei quê, que à partida não podia ser assim, é para lhe dizer o seguinte, nós fizemos com que a receita do cicloturismo revertisse a favor das instituições e é isso que está explanado nas contas, portanto, não tenha dúvidas absolutamente nenhuma sobre a receita e a despesa que lá está porque é efetivamente isso e posso-lhe comprovar isso tudo com documentos no dia que o senhor quiser. Se quiser ter uma informação mais detalhada, o senhor no sábado vá à Assembleia de Freguesia que serão explanadas as contas de receita e despesa do evento, sendo que é o maior evento feito pela Junta de Freguesia na nossa União e nas freguesias anteriores e, portanto, temos todo o gosto em apresentar, sendo que para além dos três mil e seiscentos euros, a feira é integralmente paga com um recurso a patrocinadores. E, portanto, a freguesia para o ano irá novamente fazer um evento, temos muito orgulho naquilo que construímos e também tenho para lhe dizer que é uma coisa que podia até ter referido, é que é o maior motivo neste momento, a maior fonte de rendimento das nossas instituições e que é um grande balão de oxigénio para as nossas instituições. E isso faltou-lhe também dizer na sua intervenção. Espero ter esclarecido. Já agora, reforçar aqui a questão em relação ao apoio da Câmara, que os três mil e seiscentos euros, e nós havemos sempre de dizer que há de ser sempre pouco, no entanto eu corroboro da opinião do meu colega, do Pedro, e que agradeço o facto deste tipo de situação que por vezes há juntas que podem não fazer e nós até podíamos acatar, sendo que é um evento, num caso, e falo da minha freguesia, os meus colegas terão os seus, que acaba por ser diferente dos outros, e cada um há de ter os seus, e por vezes existem juntas que não o fazem e nós podíamos de alguma forma alocar aqui uns aos outros, não tendo a Câmara que aumentar a verba para esta situação, mas podemos de alguma forma transferir para os outros e isso corroboro dessa opinião. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente de Junta. Sr. Deputado José Vidal quer intervir? -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"É só para dizer, Sr. Presidente da Junta, que eu não estou contra a Feira do Mundo Rural, aí está mais uma coisa, é que eu elogiei a Feira do Mundo Rural. Aqui nesta Assembleia, está escrito. Portanto, não é por aí. Um evento diferenciador e de qualidade, que eu gosto, há pessoas que não gostam, eu gosto. Estive lá, eu fui lá à feira, andei lá. Este ano não fui porque não estive cá. O que eu falei é que nos documentos que nos foram entregues, está lá uma única receita, mil e seiscentos euros, não está lá mais nenhuma! Portanto, eu não estou a inventar, foi os documentos que nos foram entregues, só têm uma receita. E, portanto, alguma coisa está, nos documentos que vão à junta, está uma quantidade de receitas e uma quantidade de despesas. E cabe à Assembleia de Freguesia, não a nós, verificar se quando o senhor lá mete luz e água, três mil e seiscentos, e mais à frente mete ao contrário, água e luz, mais dois mil, não sei o que é que é! Mas certamente há de haver faturas, se não era um número qualquer que metia. Portanto, eu até falei só no número final, vinte e quatro mil, já é uma dimensão de publicidade, tem mais receitas que despesas! Portanto, é um evento altamente sustentável. Além que tem qualidade! Até podia ter despesas acrescidas. Não, é sustentável. Essa questão comigo não interessa. O que eu estou a dizer é que, na minha opinião, a Câmara pensará nisso, já passou demasiado tempo, temos que rever verbas e não só verbas, talvez os regulamentos. Há algumas propostas que estava ali a ouvir, se sobra e depois se vai para os outros, se não vai, talvez o regulamento, os impactos, se é quatro dias, se é oito dias, são festas diferentes, agora três mil e seiscentos é muito pouco, era só isso que eu disse."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Muito rapidamente e só para tranquilizar toda a gente. Eu acho que nesta questão dos apoios à Junta de Freguesia nós funcionamos de uma forma muito clara e entre todos, aliás no início do próximo mês vamos ter uma reunião que está planeada e que fazemos todos ciclicamente. Estão perfeitamente definidas no ano as reuniões com todos os presidentes de junta e naturalmente uma das coisas que nós fazemos é entendermos perfeitamente que os apoios a dar e as coisas são feitas desta maneira. Esta questão dos três mil e seiscentos passa como uma mensagem que foi dada, que foi o seguinte, três mil e seiscentos que todas as juntas têm ao seu dispor, desde que corresponda a trinta por cento. E foi isto que foi feito. Só para tranquilizarmos, nós estamos, e temos esse compromisso e vamos operacionalizá-lo na próxima reunião, de fazermos um aumento da contribuição do município. E deixar aqui absolutamente claro uma coisa que nós não podemos escamotear. O município de Águeda é um dos municípios que efetivamente faz um apoio efetivo às juntas de freguesia de forma bastante significativa. Temos uma noção bem patente dessa parceria, estamos a pensar, aliás é um compromisso que estabelecemos entre nós todos, vamos aumentá-lo ainda com efeitos a este ano e, será para outras áreas, não podemos já estar a subir literalmente em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todas, porque é como tudo, se a gente puxa a roupa de mais de um lado vai destapá-la do outro e não pode ser. Portanto, eu diria que temos aqui pano para mangas, para nos podermos entender e não precisarmos estarmos aqui com esta coisa de contar tostões. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos colocar à votação o ponto.----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com uma abstenção do Grupo Municipal do PS, a proposta da Câmara Municipal n.º 301/23 de aceitação de candidatura fora do prazo para atribuição de apoio à União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para realização do Evento “Feira do Mundo Rural 2023”.-----

-----**3.8 Tomada de conhecimento do Relatório Semestral dos Técnicos Auditores, sobre a informação financeira do Município de Águeda referente ao 1.º semestre de 2023;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** É apenas uma tomada de conhecimento, mas, Senhores Deputados, alguma intervenção no ponto? Sr. Deputado, Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente. Lamento ter de vir a pedir este esclarecimento, dado o adiantado da hora e o cansaço que certamente todos sentimos, mas pedia a melhor compreensão porque este relatório não tem grande novidade em relação ao relatório dos outros anos, aliás, não tem nenhuma novidade em relação àquilo que nós esperaríamos, os orçamentos estão insuflados e as contas demonstram-no claramente e, portanto, não espanta que as taxas de execução do investimento, ou seja, das despesas de capital tenham uma execução tão baixa, mesmo já tendo havido alguma revisão, ou sendo feita adiante alguma revisão. Portanto, não é por aí. Houve uma perplexidade e certamente isto tem a ver com as regras e as normas contabilísticas e a dificuldade que depois nós temos, leigos, em compreender exatamente do que é que se está a tratar. E tem a ver com o seguinte. Este relatório mostra-nos que na conta 6251, que é a conta respeitante às deslocações e estadas no primeiro semestre deste ano, foi feita uma despesa de trezentos e sessenta e três mil euros, eu não vou estar com o detalhe dos centimos, trezentos e sessenta e três mil euros. Ora, no ano anterior, por esta altura, o valor era de duzentos e dezasseis mil euros. Portanto, há um aumento de sessenta e sete por cento nesta despesa, que volta a repetir, é a conta 6251, deslocações e estadas, há um acréscimo de mais de cento e quarenta e seis mil euros em relação ao ano passado e eu gostaria que me explicassem, podendo. Pode não vos ocorrer imediatamente, que o Executivo explicasse a razão desta diferença em relação ao ano passado. Esta é uma questão. Depois há a questão que será mais técnica. Não me preocupa, sinceramente, eu estou convencido que isto está corretamente identificado, mas a verdade é que indo às grandes opções do plano e indo às contas da autarquia, nós só encontramos, por exemplo, nas GOP, sete rubricas referentes a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deslocações e estadas ou apenas a deslocações ou apenas a estadas. E essas rubricas compreendem os gastos da Assembleia Municipal, os gastos da Câmara Municipal e os gastos com diversos projetos. Projeto Art, feiras e similares, Access, Jovens, CPCJ, Sport is Genderless Isto para dizer que não consigo fazer corresponder esta verba àquilo que está inscrito na conta em apreço, na 6251. Porquê? Porque aquilo que está previsto no orçamento, e estava previsto nos orçamentos anteriores, contabiliza à volta de setenta e um mil euros. Se nós olharmos para aquilo que já foi gasto, trezentos e sessenta e dois mil novecentos e cinquenta e seis euros, só em metade do ano, a expectativa é que este valor possa assumir à volta de setecentos mil euros ao longo de todo o ano. Portanto, é uma expectativa de extrapolação. Ora, isto necessitaria de esclarecimento, porque estamos a falar de um gasto que é dez vezes superior àquilo que especificamente consta nas grandes opções do plano. Dez vezes porque aquilo que consta nas grandes opções do plano são setenta e um mil euros e aquilo que se projeta para o ano todo, tendo em conta o gasto a primeiro semestre, é mais de setecentos mil euros. Certo? Portanto, eu certamente é algo que eu não percebo em termos contabilísticos, desculpem-me a ignorância, mas convinha que ficasse esclarecido para nós também, não temos de estar sempre a vir aqui fazer perguntas como esta que acabei de fazer. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Sr. Deputado José Vidal.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Bem, primeiro, um elogio à Câmara Municipal, se bem me lembro é a primeira vez em que cumprem o prazo de entregar em setembro o relatório de primeiro semestre. Portanto, parabéns pelo cumprimento, que nunca aconteceu. Segundo é o normal, mas mesmo normal, anormal, há aqui, por exemplo, a despesas de outros e diversos, os primeiros seis meses também o aumento não foi muito, cento e setenta por cento de aumento. Em relação ao ano passado, portanto, certamente como outros e diversos já no GOP eram só doze milhões, em cinquenta e seis milhões eram doze milhões, portanto, também não deve ser nada de especial ter um aumento de cento e setenta ou uma diminuição de quinhentos é a mesma coisa. Mas há aqui um fator, é um fator de há vários anos, pronto, é assim. Transferências de capital de vinte e dois milhões só executados até o momento 14,7 por cento em seis meses. Sr. Presidente, a pergunta é simples. O que é que está a faltar? Quais as obras que previram realizar e que não irão fazer? Só pode. É só isto. Quais as obras que estavam previstas no vosso orçamento de cinquenta milhões ou sessenta milhões e que não irão fazer? Visto que estão com uma execução de 14,7. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma inscrição no ponto? Não? Sr. Presidente, tem a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

-----"Sr. Presidente, muito rapidamente. Naturalmente é um relatório sucinto dos Revisores Oficiais de Conta, do auditor externo da Câmara e uma das coisas que se preocupa dar conhecimento à Assembleia é da regularidade das operações. E aí a esse nível estamos todos tranquilos. Naturalmente que por vezes e repetidamente e sempre dá-nos jeito de alguma forma dizerem "cá estão os outros", os outros é a classificação, isto traduz-se em algo concreto e concretizável do ponto de vista da informação. Eu até inclusivamente, naturalmente não conseguimos esmiuçar isto aqui, aliás, nem se estivesse aqui o ROC, teria que estar a ir aos apontamentos deles, que são bastante extensos, qualquer questão, naturalmente, tomamos nota e faremos todo o cuidado em vos mandar a informação, a informação do que é que se trata dos outros e dos não outros. Há uma coisa que eu vos posso garantir! As deslocações e estadas, já aqui há uns anos aconteceu este tipo de esclarecimento que depois quando vamos ver o que é, são naturalmente coisas que toda a gente percebe e não são de certeza absoluta viagens do Executivo ou qualquer coisa, porque pode até parecer que fosse. Não, não é nada disso, até porque é um valor bastante significativo. Eu pedia-vos sinceramente que nos mandassem, agora ou quando quiserem qualquer dúvida que tenham sobre o documento, nós pedimos essa informação e temos todo o gosto em esmiuçar, sendo certo que de outra forma, mais adiante, teremos as contas e este é um documento perfeitamente dinâmico e que está sempre em alteração. Tem de certeza circuitos escolares, coisas do género, não vale a pena estar a dizer para me enganar, mas tem coisas absolutamente óbvias que nós dizemos "ah, afinal é isto". Isto são rubricas contabilísticas que agrupam um conjunto de muitas despesas. Nestas, pouco mais de, eu diria uma vintena de rubricas está tudo agregado e que são coisas muito extensas. Peço que compreendam que nós não conseguimos estar aqui a dizer "isto é aquilo, aquilo e aquilo" porque não é possível. Quanto ao resto eu diria que aquilo que é o objetivo deste documento é, no fundo, o auditor externo que acompanha permanentemente as contas da Câmara estar a comunicar, e temos de comunicar que tudo funciona dentro da regularidade, e isso está bem expresso que sim. Relativamente à questão do desenvolvimento daquelas questões, isso é a nossa conversa e a discussão de sempre de que para uns é o copo mais cheio, para outros é o copo meio vazio, aquilo que eu posso garantir aqui é que o ano está a decorrer dentro da normalidade, de acordo com as nossas perspetivas e há um conjunto de obras que nós já lançámos e outras que estamos a lançar e que depois têm regras contabilísticas que nos obrigam a fazer a contabilização de muitas destas verbas que estão aqui, umas que serão gastas, as outras que, naturalmente, são obrigatórias porque eu quando lanço um procedimento concursal tenho que fazer a previsão e a cabimentação de todas estas verbas. Aliás, se lerem adiante veem que há mais de vinte e quatro milhões comprometidos logo à frente, nesta altura. Era só para nós percebermos e isto reporta-se a trinta de junho. É este o tipo de esclarecimento que eu queria dar com toda a disponibilidade para qualquer dúvida pontual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

que queiram, naturalmente, percebermos o que é em concreto, o que é que se trata. Esta questão das deslocações e estadas, até eu estou curioso porque neste momento não me lembro, mas da outra vez lembro-me que quando nos explicaram, dissemos “ah, pois, é isso”. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Mauro.-----

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----”Boa noite a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Eu só vinha fazer duas questões. Eu gostaria de saber, neste momento qual é o efetivo do pessoal que tem a Câmara, em número de pessoas. E outra coisa que gostaria de perceber é como é que no ano passado se gastou quase setecentos mil em artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais, e este ano estamos com cento e cinquenta mil. Qual é a justificação da diferença.”-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Sr. Presidente, os funcionários são quinhentos e picos, duzentos e bastantes estão na área da educação, e mais duzentos e tais são efetivamente dos serviços da Câmara. Não são cinquenta por cento o número de funcionários que temos alocados à educação, mas não anda longe.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----”Sr. Presidente, a Câmara, por favor, não me obrigue a escrever-lhe um e-mail a pedir aquilo que estou a pedir aqui. Tomou nota da conta? É muito simples, é dizer o que é que cabe dentro dessa conta, depois nós naturalmente conseguiremos lá chegar. Agora, a questão, a primeira que eu coloquei, é a que é que se deve a este incremento. Naturalmente, se não se consegue neste momento ir ver o que é que significa exatamente esta conta, o que é que lá está, pode ser difícil, e eu aceito que não se consiga esclarecer, este incremento de sessenta e sete por cento. Portanto, por favor, enviem-me um e-mail com o esclarecimento e já agora com uma justificação simples da razão deste incremento. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais algum esclarecimento quanto a esta tomada de conhecimento? Muito bem.-----

-----**3.9 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**Presidente da Assembleia:** É uma apreciação da informação, eu presumo que alguém também quer algum esclarecimento. O Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Sr. Presidente da Assembleia e Sr. Presidente da Câmara,o Sr. Presidente da Câmara dispôs-se, já em abril, em junho, disse-o aí que não havia problema nenhum em entregar-me os relatórios das viagens. Não recebemos nenhum, nem consta. Aqui foram mais duas viagens, New York e à Holanda, não consta. Micro relatórios com o mínimo dos objetivos, quem se deslocou, funções desempenhadas, qualquer coisa dessas. Já o disse da outra vez, já o disse em abril, já o disse em junho, estamos em setembro, não sei quando é que receberei isso. Agora tenho aqui uma questão que deve ser também engano, tem a ver com a mobilidade, só pode ser engano. Reparem bem nisto, em três meses, parques de bicicletas, cinquenta e quatro reparações. Em noventa dias, cinquenta e quatro reparações, é quase uma reparação de dois em dois dias. Reparem no número seguinte, reparação de bicicletas, cento e oitenta e sete. Quer dizer que duas bicicletas estão em reparação por dia. Mais espantoso ainda, utilizadores, cento e oitenta e dois. Em três meses, por mês, há sessenta pessoas a usar as bicicletas e estragam-nas logo. Porque há mais estragadas do que aquelas que utilizam. Isto só para dizer o quê? O programa é bom, a ideia é boa, há aqui qualquer coisa que não está a funcionar na divulgação ou na utilização. Cento e oitenta e dois utilizadores em noventa dias é pouco. Acho eu ou se não é sempre a mesma pessoa a usá-la. Outra situação, há projetos nas bicicletas, há os projetos seguidos, aprendizagem, há alguma monitorização da deslocação de bicicleta para as escolas? Há algum programa a esse nível? Já foi feita alguma experiência? Eu já sugeri isto há dois anos, há um ano e este ano, mas ainda não houve experiência e há situações que é possível fazer mais. Este programa é extremamente caro. Estamos a deitar dinheiro fora. Quando pomos cento e oitenta e duas pessoas em três meses, sessenta pessoas por mês a andar de bicicleta. É caríssimo! Mais vale ir levá-los lá de bicicleta e trazê-los. Portanto, temos que rentabilizar. Talvez a divulgação ou o acesso na APP, portanto, era só chamar um bocadinho a atenção em relação a esta situação porque continuamos em primeiro lugar daqueles que mais utilizam a automóvel nos trezentos e oito municípios, aí somos mesmo os primeiros segundo aquilo que vinha no relatório. Somos os que utilizamos mais automóveis nos trezentos e oito municípios. Deveria ser ao contrário mas somos os primeiros. Mas as ideias são boas, falta talvez a articulação da parte estudantil que não está vista, provavelmente, e aqui nisto é o futuro, mas está a sair muito caro à Câmara para o efeito que está a ter. Obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção neste ponto? Muito bem. Sr. Presidente, quer esclarecer o senhor Deputado?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----"Sr. Presidente, eu penso que o senhor Deputado não queria ser esclarecido, ele veio constatar que há muitas reparações das bicicletas, nós também achamos que sim, mas também, por outro lado, percebemos e vemos que a utilização é cada vez mais intensa que elas vão tendo, aliás, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vamos vendo, eu estou aqui a olhar, por exemplo, ali para o Hugo de Macinhata de Vouga que têm lá uma box junto ao museu e as bicicletas estão permanentemente a andar e eu estou a apontar este exemplo porque estamos a falar de uma área periférica, portanto, bastante interessante. Na Trofa acontece exatamente a mesma coisa, até estão a pedir para colocarem mais porque isto vai funcionando. E há coisas absolutamente fantásticas e aqui estamos a falar de, por exemplo, dois meliantes porque não têm outro nome, pegaram em duas bicicletas e foram-nas atirar ao Carvoeiro, ao rio! Que nem sequer eram do concelho, nenhum deles era do concelho. Mas, eram utilizadores, nós temos essa capacidade de perceber qual foi o último utilizador e foram identificados, já agora, parece-me a mim que o assunto da identificação deles foi bastante complexa porque envolveu outras questões que eles terão andado a fazer com elas, mas isso nós não podemos fazer. Agora não há dúvidas nenhuma e dá-me a ideia que estamos todos de acordo que é um programa para continuar, não é? Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Agradeço a todos o empenho, foi de facto uma luta, mas conseguimos terminar, é importante para nós, o trabalho assim rende também. Obrigado, boa semana para todos e um abraço.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pela uma hora e vinte minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: